

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	145
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	146
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	147

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>556.405.096</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	13.301.355
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>13.301.355</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	21/02/2018	Dividendo	12/03/2018	Ordinária		0,90000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	11.115.304	10.589.548
1.01	Ativo Circulante	1.104.508	179.832
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	474.503	93.174
1.01.02	Aplicações Financeiras	579.491	21.657
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	579.491	21.657
1.01.02.01.03	Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	579.491	21.657
1.01.03	Contas a Receber	8.929	30.334
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.929	30.334
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	3.087	2.404
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	5.842	27.930
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.982	33.070
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.982	33.070
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.603	1.597
1.02	Ativo Não Circulante	10.010.796	10.409.716
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	815.355	840.553
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.181	29.158
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.181	29.158
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	35	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	761.454	762.562
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	761.454	762.562
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.685	48.833
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	48.685	48.685
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	0	148
1.02.02	Investimentos	8.949.278	9.323.000
1.02.02.01	Participações Societárias	8.949.278	9.323.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.923.689	9.268.261
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	25.589	54.739
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	11.115.304	10.589.548
2.01	Passivo Circulante	54.682	1.162.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	235	244
2.01.02	Fornecedores	85	461
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	85	461
2.01.03	Obrigações Fiscais	758	343
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.325	817.654
2.01.04.02	Debêntures	34.325	817.654
2.01.05	Outras Obrigações	19.279	343.369
2.01.05.02	Outros	19.279	343.369
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.069	335.930
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	6.210	7.439
2.02	Passivo Não Circulante	1.826.348	176.444
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.427	0
2.02.01.02	Debêntures	1.722.427	0
2.02.02	Outras Obrigações	5.201	4.003
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.201	4.003
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	5.201	4.003
2.02.04	Provisões	98.720	172.441
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	982	982
2.02.04.02	Outras Provisões	97.738	171.459
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	97.738	171.459
2.03	Patrimônio Líquido	9.234.274	9.251.033
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	547.576	550.314
2.03.02.07	Instrumento patrimonial outorgado	2.180	536
2.03.02.08	Reserva de capital	545.396	549.778
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.813	4.930
2.03.04	Reservas de Lucros	3.145.766	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	629.144	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.000.707	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-484.085	-482.260
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	315.559	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-48.641	159.643
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	97.449	53.061

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	195.382	269.904	246.238	602.920
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-287	-255	-1	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	195.669	270.159	246.239	602.920
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	195.382	269.904	246.238	602.920
3.06	Resultado Financeiro	70.762	69.862	-14.740	-20.951
3.06.01	Receitas Financeiras	99.524	119.137	24.662	55.416
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.762	-49.275	-39.402	-76.367
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	266.144	339.766	231.498	581.969
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.555	-24.322	4.044	6.135
3.08.01	Corrente	-256	-345	-1.066	-2.187
3.08.02	Diferido	-24.299	-23.977	5.110	8.322
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	241.589	315.444	235.542	588.104
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	241.589	315.444	235.542	588.104
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,44570	0,58190	0,43470	1,08550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,44270	0,57800	0,43160	1,07770

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	241.589	315.444	235.542	588.104
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-132.915	-163.896	-47.730	2.524
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-198.560	-210.532	-53.520	-5.158
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	1.861	2.547	3.168	3.762
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	63.784	44.388	2.622	3.944
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	-299	0	-24
4.03	Resultado Abrangente do Período	108.674	151.548	187.812	590.628

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	531.675	511.566
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.640	50.375
6.01.01.01	Lucro líquido do período	315.444	588.104
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-270.159	-602.920
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	-27.625	73.511
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.977	-8.322
6.01.01.05	Demais Provisões e Ajustes	3	2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	489.922	477.629
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	-6.912	10.151
6.01.02.02	Dividendos recebidos de controladas e empreend controlados em conjunto (AC)	504.934	465.804
6.01.02.03	Demais contas a receber (AC)	-683	2.054
6.01.02.04	Despesas antecipadas (AC)	-6	-76
6.01.02.05	Fornecedores (PC)	-378	-209
6.01.02.06	Salários e encargos sociais (PC)	-9	39
6.01.02.07	Obrigações tributárias (PC)	415	-134
6.01.02.08	Demais contas a pagar (PC)	-7.439	0
6.01.03	Outros	113	-16.438
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	0	-15.849
6.01.03.02	Depósitos judiciais (ANC)	148	0
6.01.03.03	Despesas antecipadas (ANC)	-35	0
6.01.03.04	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	0	-589
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-557.834	-65.304
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	-557.834	-65.304
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	407.488	-521.656
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	1.721.596	0
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	-800.000	0
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-29.811	-55.578
6.03.04	Dividendos pagos	-486.603	-470.801
6.03.05	Venda de ações em tesouraria	0	6.799
6.03.06	Sociedades relacionadas	2.306	-2.076
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	381.329	-75.394
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.174	127.944
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	474.503	52.550

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.760.079	0	212.704	9.381.261
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-130.228	0	0	-130.228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-168.305	0	0	0	-168.305
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.207	0	0	0	-6.207
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	1.644	0	0	0	1.644
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	315.444	-163.896	151.548
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	315.444	0	315.444
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-163.896	-163.896
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-207.985	-207.985
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	44.388	44.388
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-299	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-117	0	115	0	-2
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-117	0	117	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2	0	-2
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.304	3.629.851	315.559	48.808	9.234.274

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	-158.716	-1.333.066	0	0	-158.716
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	588.104	2.524	590.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	588.104	0	588.104
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.524	2.524
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.396	-1.396
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.944	3.944
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-24	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-285	0	210	0	-75
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-285	0	285	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-75	0	-75
5.07	Saldos Finais	5.171.752	80.012	3.050.899	588.314	-13.944	8.877.033

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	3.600	3.546
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	3.600	3.546
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.600	3.546
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.600	3.546
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	389.296	658.336
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	270.159	602.920
7.06.02	Receitas Financeiras	119.137	55.416
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	392.896	661.882
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	392.896	661.882
7.08.01	Pessoal	3.191	2.968
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.521	-4.971
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.740	75.781
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	315.444	588.104
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	315.444	588.104

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	28.672.918	28.205.511
1.01	Ativo Circulante	15.161.191	15.489.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.940.363	5.002.004
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.029.689	1.283.498
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.795.950	1.151.647
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	233.739	131.851
1.01.03	Contas a Receber	4.522.652	4.203.056
1.01.03.01	Clientes	4.403.577	4.147.894
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	119.075	55.162
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	113.233	44.025
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	5.842	11.137
1.01.04	Estoques	3.076.539	3.513.577
1.01.06	Tributos a Recuperar	965.672	881.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	965.672	881.584
1.01.07	Despesas Antecipadas	155.192	150.046
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	471.084	456.213
1.01.08.03	Outros	471.084	456.213
1.01.08.03.01	Ativos de Contratos com Clientes - Direitos de Exclusividade, Líquidos	471.084	456.213
1.02	Ativo Não Circulante	13.511.727	12.715.533
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.060.611	3.768.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	77.917	10.955
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	71.298	73.471
1.02.01.04	Contas a Receber	352.939	337.909
1.02.01.04.01	Clientes	350.820	329.991
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.119	7.918
1.02.01.07	Tributos Diferidos	727.949	614.061
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	727.949	614.061
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	372.421	346.886
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.457.597	2.384.401
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	403.712	313.242
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	839.255	822.660
1.02.01.10.05	Ativos de Indenização - Combinação de Negócios	202.415	202.352
1.02.01.10.06	Ativos de Contratos com Clientes - Direitos de Exclusividade, Líquidos	1.012.215	1.046.147
1.02.02	Investimentos	128.896	150.194
1.02.02.01	Participações Societárias	128.896	150.194
1.02.03	Imobilizado	7.062.571	6.634.528
1.02.04	Intangível	2.259.649	2.162.638

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	28.672.918	28.205.511
2.01	Passivo Circulante	6.692.038	7.009.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	344.007	388.118
2.01.02	Fornecedores	1.650.995	2.155.498
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.385.602	1.973.668
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	265.393	181.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	288.627	308.365
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.128.615	3.503.675
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.013.326	1.819.766
2.01.04.02	Debêntures	1.112.508	1.681.199
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.781	2.710
2.01.05	Outras Obrigações	184.430	554.624
2.01.05.02	Outros	184.430	554.624
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.532	338.845
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	111.130	125.150
2.01.05.02.05	Receita Diferida	17.750	18.413
2.01.05.02.06	Contas a pagar - indenização à clientes e terceiros	41.018	72.216
2.01.06	Provisões	95.364	99.408
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	60.889	64.550
2.01.06.02	Outras Provisões	34.475	34.858
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.416	4.799
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	30.059	30.059
2.02	Passivo Não Circulante	12.413.171	11.605.502
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.916.119	10.086.919
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.373.387	6.113.545
2.02.01.02	Debêntures	5.498.156	3.927.569
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	44.576	45.805
2.02.02	Outras Obrigações	219.565	179.915
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.139	4.185
2.02.02.02	Outros	215.426	175.730
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	202.722	162.834
2.02.02.02.04	Receita Diferida	12.704	12.896
2.02.03	Tributos Diferidos	35.761	38.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.761	38.524
2.02.04	Provisões	1.241.726	1.300.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	871.335	861.246
2.02.04.02	Outras Provisões	370.391	438.898
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	54.319	59.975
2.02.04.02.04	Benefícios Pós-Emprego	218.334	207.464
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	97.738	171.459
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.567.709	9.590.321
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	547.576	550.314
2.03.02.07	Instrumento patrimonial outorgado	2.180	536
2.03.02.08	Reserva de capital	545.396	549.778
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.813	4.930

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	3.145.766	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	629.144	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.000.707	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-484.085	-482.260
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	315.559	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-48.641	159.643
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	97.449	53.061
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	333.435	339.288

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.645.585	43.396.707	18.996.200	37.540.770
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.186.536	-40.416.361	-17.536.309	-34.523.784
3.03	Resultado Bruto	1.459.049	2.980.346	1.459.891	3.016.986
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.030.913	-2.342.862	-985.972	-1.889.290
3.04.01	Despesas com Vendas	-662.472	-1.333.919	-615.168	-1.212.318
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-397.561	-770.129	-389.242	-751.820
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	32.516	-232.437	12.779	62.761
3.04.05.01	Resultado na venda de bens	-2.354	-4.584	6.203	-150
3.04.05.02	Outros resultados operacionais, líquidos	34.870	-227.853	6.576	62.911
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.396	-6.377	5.659	12.087
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	428.136	637.484	473.919	1.127.696
3.06	Resultado Financeiro	-64.419	-171.384	-112.845	-234.020
3.06.01	Receitas Financeiras	192.155	304.599	136.938	301.299
3.06.02	Despesas Financeiras	-256.574	-475.983	-249.783	-535.319
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	363.717	466.100	361.074	893.676
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-123.048	-152.580	-124.470	-302.366
3.08.01	Corrente	-18.207	-140.270	-118.226	-308.416
3.08.02	Diferido	-104.841	-12.310	-6.244	6.050
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	240.669	313.520	236.604	591.310
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	240.669	313.520	236.604	591.310
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	241.589	315.444	235.542	588.104
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-920	-1.924	1.062	3.206
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,44570	0,58190	0,43470	1,08550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,44270	0,57800	0,43160	1,07770

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	240.669	313.520	236.604	591.310
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-132.915	-163.896	-47.730	2.524
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-198.560	-210.532	-53.520	-5.158
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	1.861	2.547	3.168	3.762
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	63.784	44.388	2.622	3.944
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	-299	0	-24
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	107.754	149.624	188.874	593.834
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	108.674	151.548	187.812	590.628
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-920	-1.924	1.062	3.206

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	629.575	970.002
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.516.064	1.643.306
6.01.01.01	Lucro líquido do período	313.520	591.310
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	6.377	-12.087
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	196.680	247.577
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	392.030	337.333
6.01.01.05	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	8.079	6.510
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	523.658	397.423
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.310	-6.050
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	4.584	150
6.01.01.09	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	49.299	74.983
6.01.01.10	Provisão para perda em estoques	965	-104
6.01.01.11	Provisão para benefício pós-emprego	8.878	6.116
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	-316	145
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-547.126	238.757
6.01.02.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (AC)	-305.592	86.275
6.01.02.02	Estoques (AC)	439.281	177.577
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-80.258	-13.147
6.01.02.04	Seguro e demais contas a receber (AC)	-64.347	296.486
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	-5.146	-26.430
6.01.02.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (AC)	-14.871	-6.702
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-504.503	-544.229
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	-44.111	-37.457
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	35.906	-8.638
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	24.929	271.360
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	0	-1.729
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	-3.661	-2.222
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	-61.605	33.303
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	-663	-1.023
6.01.02.15	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	37.515	15.333
6.01.03	Outros	-339.363	-912.061
6.01.03.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (ANC)	-20.829	-25.210
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	-90.470	-75.788
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-16.504	-23.123
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	5.799	1.273
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-25.535	-71.749
6.01.03.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (ANC)	14.260	11.452
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	1.693	1.411
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	10.108	-78.918
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	39.888	-2.879
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	-192	345
6.01.03.11	Pagos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	-177.008	-282.801
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-80.573	-366.074

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.599.012	-696.793
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	-794.682	-124.153
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	3.662	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-575.436	-513.808
6.02.04	Aquisição de intangível	-125.317	-91.731
6.02.05	Aquisição de empresas	-103.373	0
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-16.000	0
6.02.07	Receita com a venda de bens	10.884	32.899
6.02.08	Redução de capital em coligadas	1.250	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-121.867	8.112
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	2.219.826	1.697.757
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	-1.543.952	-796.114
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-307.082	-410.442
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	-2.558	-2.612
6.03.05	Dividendos pagos	-488.055	-480.477
6.03.06	Sociedades relacionadas	-46	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	29.663	33.879
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.061.641	315.200
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.002.004	4.274.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.940.363	4.589.358

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.760.079	0	212.704	9.381.261	339.571	9.720.832
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-130.228	0	0	-130.228	-283	-130.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033	339.288	9.590.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-168.305	0	0	0	-168.305	-3.929	-172.234
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.207	0	0	0	-6.207	0	-6.207
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	1.644	0	0	0	1.644	0	1.644
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-3.929	-3.929
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	315.444	-163.896	151.548	-1.924	149.624
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	315.444	0	315.444	-1.924	313.520
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-163.896	-163.896	0	-163.896
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-207.985	-207.985	0	-207.985
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	44.388	44.388	0	44.388
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, Líquidas	0	0	0	0	-299	-299	0	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-117	0	115	0	-2	0	-2
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-117	0	117	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2	0	-2	0	-2
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.304	3.629.851	315.559	48.808	9.234.274	333.435	9.567.709

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427	-81	-82.508
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196	30.854	8.476.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	-158.716	-1.333.066	0	0	-158.716	-7.479	-166.195
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799	0	6.799
5.04.08	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-7.479	-7.479
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515	0	-165.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	588.104	2.524	590.628	3.206	593.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	588.104	0	588.104	3.206	591.310
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.524	2.524	0	2.524
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.396	-1.396	0	-1.396
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.944	3.944	0	3.944
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-24	-24	0	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-285	0	210	0	-75	0	-75
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-285	0	285	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-75	0	-75	0	-75
5.07	Saldos Finais	5.171.752	80.012	3.050.899	588.314	-13.944	8.877.033	26.581	8.903.614

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
7.01	Receitas	44.285.929	38.433.753
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	44.567.665	38.445.975
7.01.02	Outras Receitas	-232.437	62.761
7.01.02.01	Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	-232.437	62.761
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-49.299	-74.983
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.209.568	-35.400.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.312.066	-31.810.367
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-897.374	-1.161.441
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.795	-7.688
7.02.04	Outros	-2.995.333	-2.421.100
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-2.995.333	-2.421.100
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.076.361	3.033.157
7.04	Retenções	-400.109	-343.843
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-392.030	-337.333
7.04.02	Outras	-8.079	-6.510
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	-8.079	-6.510
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.676.252	2.689.314
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	368.615	380.641
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.377	12.087
7.06.02	Receitas Financeiras	304.599	301.299
7.06.03	Outros	70.393	67.255
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	70.393	67.255
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.044.867	3.069.955
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.044.867	3.069.955
7.08.01	Pessoal	1.079.143	936.860
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.056.730	888.348
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	595.474	653.437
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	313.520	591.310
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	313.520	591.310

**MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS****Comentário do Desempenho****Segundo trimestre de 2018**

(R\$ milhões)	2T18	2T17	1T18	Δ 2T18 x 2T17	Δ 2T18 x 1T18	1S18	1S17	Δ 1S18 x 1S17
Receita líquida de vendas e serviços	22.645,6	18.996,2	20.751,1	19%	9%	43.396,7	37.540,8	16%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(21.186,5)	(17.536,3)	(19.229,8)	21%	10%	(40.416,4)	(34.523,8)	17%
Lucro bruto	1.459,0	1.459,9	1.521,3	0%	-4%	2.980,3	3.017,0	-1%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.060,0)	(1.004,4)	(1.044,0)	6%	2%	(2.104,0)	(1.964,1)	7%
Outros resultados operacionais, líquidos	34,9	6,6	(262,7)	430%	-113%	(227,9)	62,9	-462%
Resultado na venda de bens	(2,4)	6,2	(2,2)	-138%	6%	(4,6)	(0,2)	2947%
Lucro operacional	431,5	468,3	212,3	-8%	103%	643,9	1.115,6	-42%
Despesa financeira, líquida	(64,4)	(112,8)	(107,0)	-43%	-40%	(171,4)	(234,0)	-27%
Equivalência patrimonial	(3,4)	5,7	(3,0)	-160%	14%	(6,4)	12,1	-153%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	363,7	361,1	102,4	1%	255%	466,1	893,7	-48%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(152,5)	(131,2)	(46,0)	16%	232%	(198,5)	(316,6)	-37%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	29,5	6,7	16,5	341%	79%	45,9	14,2	223%
Lucro líquido	240,7	236,6	72,9	2%	230%	313,5	591,3	-47%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	241,6	235,5	73,9	3%	227%	315,4	588,1	-46%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	(0,9)	1,1	(1,0)	-186%	-8%	(1,9)	3,2	-160%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>718,1</b>	<b>765,6</b>	<b>508,1</b>	<b>-6%</b>	<b>41%</b>	<b>1.226,2</b>	<b>1.712,6</b>	<b>-28%</b>
GLP vendido (mil toneladas)	443,8	445,3	410,1	0%	8%	853,9	859,7	-1%
Combustível vendido (mil m³)	5.858,5	5.937,9	5.461,0	-1%	7%	11.319,6	11.491,7	-1%
Químicos vendidos (mil toneladas)	193,4	182,7	180,0	6%	7%	373,4	378,5	-1%

## Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

### Comentário do Desempenho

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragas, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o segundo trimestre de 2018 ("2T18") e o segundo trimestre de 2017 ("2T17"), exceto quando indicado de outra forma.

A partir de 2018, foram adotadas as normas IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações do 2T18 e 1S18 com as informações do 2T17 e 1S17 apresentadas neste documento, as informações de 2017 contemplam as alterações nas normas contábeis e, portanto, diferem dos valores reportados anteriormente nas respectivas divulgações de resultados. Os demonstrativos dos impactos do segundo trimestre de 2017 em comparação aos valores divulgados anteriormente encontram-se disponíveis em nosso site ([ri.ultra.com.br](http://ri.ultra.com.br)).

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – (LAJIR – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	2T18	2T17	1T18	1S18	1S17
<b>Lucro líquido</b>	240,7	236,6	72,9	313,5	591,3
(+) IR e contribuição social	123,0	124,5	29,5	152,6	302,4
(+) Despesa (receita) financeira líquida	64,4	112,8	107,0	171,4	234,0
(+) Depreciação e amortização	197,8	172,3	194,2	392,0	337,3
<b>EBITDA</b>	<b>625,9</b>	<b>646,2</b>	<b>403,6</b>	<b>1.029,5</b>	<b>1.465,0</b>
<b>Ajuste</b>					
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	92,2	119,4	104,5	196,7	247,6
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>718,1</b>	<b>765,6</b>	<b>508,1</b>	<b>1.226,2</b>	<b>1.712,6</b>

## Comentário do Desempenho

Valores em R\$ milhões (exceto LPA)	2T18	2T17	1T18	Δ (%)		1S18	1S17	Δ (%)	
				2T18 v 2T17	2T18 v 1T18			1S18 v 1S17	1S18 v 1S17
Receita líquida	22.646	18.996	20.751	19%	9%	43.397	37.541	16%	
Lucro líquido <sup>1</sup>	241	237	73	2%	230%	314	591	(47%)	
Lucro por ação atribuível aos acionistas <sup>2</sup>	0,45	0,43	0,14	3%	227%	0,58	1,09	(46%)	
EBITDA Ajustado	718	766	508	(6%)	41%	1.226	1.713	(28%)	
EBITDA Ajustado ex-greve e multa <sup>3</sup>	907	766	794	18%	14%	1.701	1.713	(1%)	
Investimentos	437	484	604	(10%)	(28%)	1.041	969	7%	

<sup>1</sup> No padrão contábil IFRS, o lucro líquido consolidado inclui o lucro líquido atribuível à participação de acionistas não controladores das controladas

<sup>2</sup> Calculado em reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria

<sup>3</sup> O EBITDA Ajustado ex-greve e multa não considera os efeitos de R\$ 189 milhões da greve no 2T18 e a multa de R\$ 286 milhões decorrente da não aquisição da Liquigás no 1T18

**Receita líquida** – Total de R\$ 22.646 milhões (+19%), em função do crescimento da receita em todos os negócios. Em relação ao 1T18, a receita líquida aumentou 9%, fruto da maior receita em todos os negócios. No semestre, a receita líquida totalizou R\$ 43.397 milhões, 16% superior ao mesmo período do ano anterior.

**EBITDA Ajustado** – Total de R\$ 718 milhões (-6%). Excluindo o efeito da greve, o EBITDA Ajustado do 2T18 seria de R\$ 907 milhões (+18%), em função principalmente do maior EBITDA na Oxiteno, Ultragaz e Ultracargo. Em relação ao 1T18, o EBITDA Ajustado ex-greve e multa aumentou 14%. No 1S18, o EBITDA Ajustado ex-greve e multa da Ultrapar totalizou R\$ 1.701 milhões, 1% inferior ao 1S17.

**Depreciação e amortização<sup>4</sup>** – Total de R\$ 290 milhões (-1%), em função da menor amortização de ativos de contratos com clientes na Ipiranga, parcialmente compensada pelos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses. Na comparação com o 1T18, o total de custos e despesas com depreciação e amortização reduziu 3%. No 1S18, a depreciação e amortização totalizou R\$ 589 milhões, crescimento de 1% em relação ao 1S17.

**Resultado financeiro** – O endividamento líquido da Ultrapar em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 8,9 bilhões (2,55x EBITDA LTM Ajustado) em comparação a R\$ 6,2 bilhões em 30 de junho de 2017 (1,61x EBITDA LTM Ajustado). O aumento da alavancagem ocorreu principalmente em função do menor EBITDA, de maiores investimentos e do aumento do capital de giro no período. Se excluirmos o efeito da multa referente à não aquisição da Liquigás, a alavancagem seria de 2,29x no 2T18 e de 2,16x no 1T18. A despesa financeira líquida da Ultrapar totalizou R\$ 64 milhões, R\$ 48 milhões menor quando comparado ao 2T17, devido à queda do CDI na comparação anual, apesar do aumento na dívida líquida, e à desvalorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição (emitidos na associação com a Extrafarma), apesar dos efeitos cambiais dos períodos. Em relação ao 1T18, a despesa financeira líquida reduziu R\$ 43 milhões, devido aos mesmos fatores mencionados anteriormente. No semestre, a despesa financeira líquida totalizou R\$ 171 milhões, queda de 27% em comparação ao 1S17.

**Lucro líquido** – Total de R\$ 241 milhões (+2%), decorrente da redução nas despesas financeiras líquidas, apesar da redução no EBITDA. Em relação ao 1T18, o lucro líquido aumentou 230%, devido principalmente ao pagamento da multa de R\$ 286 milhões decorrente da não aquisição da Liquigás no 1T18. No 1S18, o lucro líquido totalizou R\$ 314 milhões, 47% inferior ao 1S17. Excluindo o efeito da multa, o lucro líquido teria sido de R\$ 502 milhões no 1S18.

**Fluxo de caixa das atividades operacionais** – Total de R\$ 630 milhões no 1S18, comparado a R\$ 970 milhões no 1S17, em função do pagamento da multa contratual pela não aquisição da Liquigás em março de 2018 e do recebimento de seguros ao longo de 2017.

<sup>4</sup> Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

**Ipiranga****Comentário do Desempenho**

	2T18	2T17	1T18	$\Delta$ (%) 2T18 v 2T17	$\Delta$ (%) 2T18 v 1T18	1S18	1S17	$\Delta$ (%) 1S18 v 1S17
<b>Volume total (mil m<sup>3</sup>)<sup>1</sup></b>	<b>5.859</b>	<b>5.938</b>	<b>5.461</b>	<b>(1%)</b>	<b>7%</b>	<b>11.320</b>	<b>11.492</b>	<b>(1%)</b>
Diesel	3.067	2.983	2.626	3%	17%	5.692	5.701	0%
Ciclo Otto	2.675	2.870	2.723	(7%)	(2%)	5.398	5.623	(4%)
Outros <sup>2</sup>	117	85	112	37%	4%	229	169	36%
<b>EBITDA Ajustado (R\$ milhões)</b>	<b>402</b>	<b>568</b>	<b>585</b>	<b>(29%)</b>	<b>(31%)</b>	<b>987</b>	<b>1.254</b>	<b>(21%)</b>

<sup>1</sup> A partir de dez/17, o total já inclui o volume da ICONIC, associação com a Chevron em lubrificantes

<sup>2</sup> Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

**Desempenho operacional** – A greve dos caminhoneiros resultou na paralização das vendas de combustíveis, reduzindo o volume vendido da Ipiranga em 4% no trimestre. Com isso, o volume do ciclo Otto reduziu 7% em relação ao 2T17, parcialmente compensado pela expansão da rede de postos. Já o volume de diesel cresceu 3%, devido às maiores vendas nos segmentos de grandes consumidores e TRR, apesar da greve. Em relação ao 1T18, o volume cresceu 7%, com incremento de 17% no diesel e redução de 2% no ciclo Otto, explicados pela sazonalidade entre os períodos e pela greve. No semestre, a Ipiranga acumulou volume de vendas de 11.320 mil m<sup>3</sup>, redução de 1% sobre o volume do 1S17.

**Receita líquida** – Total de R\$ 19.068 milhões (+18%), principalmente em função das movimentações nos custos de combustíveis e da estratégia de inovação constante em serviço e conveniência nos postos, apesar do menor volume vendido. Em relação ao 1T18, a receita líquida cresceu 9%, em função do maior volume vendido e das movimentações nos custos de combustíveis. No 1S18, a receita líquida totalizou R\$ 36.584 milhões, 15% superior ao 1S17.

**Custo dos produtos vendidos** – Total de R\$ 18.314 milhões (+20%), principalmente em função das movimentações nos custos dos combustíveis, apesar do menor volume vendido. Em relação ao 1T18, o custo dos produtos vendidos aumentou 10%, acompanhando o crescimento observado no volume e as movimentações nos custos de combustíveis. No 1S18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 34.888 milhões, crescimento de 16% em relação ao 1S17.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 541 milhões (+7%), principalmente devido ao aumento de despesas no valor de R\$ 35 milhões relacionadas à consolidação dos resultados da ICONIC, associação com a Chevron em lubrificantes que entrou em operação em dezembro de 2017. Essas despesas incluem gastos não-recorrentes de R\$ 10 milhões para obtenção de sinergias. Excluindo este efeito, as despesas gerais, administrativas e de vendas permaneceram estáveis na comparação anual, devido aos menores gastos com programas de marketing, apesar do aumento do frete unitário, reflexo do aumento dos custos do diesel. Em relação ao 1T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram-se em 1%, apesar da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa e dos maiores gastos com fretes, acompanhando o aumento do volume. No 1S18, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 1.090 milhões, 11% superiores ao 1S17. Excluindo as despesas relacionadas à ICONIC, as despesas gerais, administrativas e de vendas, aumentaram 3% em relação ao primeiro semestre de 2017, em linha com a inflação do período.

**EBITDA Ajustado** – Total de R\$ 402 milhões (-29%). O EBITDA Ajustado da Ipiranga foi afetado pela greve, que gerou um efeito negativo estimado em R\$ 163 milhões, devido ao efeito negativo no estoque fruto da redução de preço no diesel, à perda de vendas no período da greve e aos maiores custos pontuais durante este período, visando a normalização operacional. Excluindo estes efeitos, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 565 milhões, praticamente em linha com o 2T17, em função dos esforços para recuperação de resultados. Em relação ao 1T18, o EBITDA Ajustado reduziu 31%, em função da greve dos caminhoneiros mencionada acima, apesar do maior volume vendido. Se excluirmos os efeitos da greve, o EBITDA Ajustado reduziu 4% em relação ao 1T18. No semestre, o EBITDA Ajustado da Ipiranga totalizou R\$ 987 milhões, queda de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Investimentos** – Foram investidos R\$ 164 milhões, direcionados principalmente à manutenção e à ampliação da rede de postos e franquias. Do total dos investimentos, R\$ 77 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 81 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 6 milhões a liberações de financiamentos a clientes e antecipações de aluguel, líquidos de repagamentos. A Ipiranga encerrou o 2T18 com 8.044 postos (+4%), adição de 301 postos nos últimos 12 meses. No semestre, os investimentos totalizaram R\$ 421 milhões.

**Oxiteno****Comentário do Desempenho**

	2T18	2T17	1T18	$\Delta$ (%) 2T18 v 2T17	$\Delta$ (%) 2T18 v 1T18	1S18	1S17	$\Delta$ (%) 1S18 v 1S17
<b>Volume total (mil tons)</b>	<b>193</b>	<b>183</b>	<b>180</b>	<b>6%</b>	<b>7%</b>	<b>373</b>	<b>379</b>	<b>(1%)</b>
Especialidades	152	151	152	1%	0%	304	309	(2%)
<i>Commodities</i>	41	31	28	31%	46%	70	70	0%
Vendas no Brasil	139	131	126	6%	10%	265	270	(2%)
Vendas no mercado externo	54	52	54	5%	1%	108	108	0%
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>121</b>	<b>34</b>	<b>51</b>	<b>258%</b>	<b>136%</b>	<b>172</b>	<b>145</b>	<b>19%</b>

**Desempenho operacional** – O volume vendido de especialidades no trimestre cresceu 1% na comparação anual, apesar da redução de 2% no mercado interno, principalmente em função da greve dos caminhoneiros. Já no mercado externo, o volume de especialidades cresceu 5%, principalmente nos Estados Unidos. As *commodities* aumentaram 31% em relação ao 2T17, refletindo a maior demanda desses produtos. Em relação ao 1T18, o volume total de vendas cresceu 7%, com aumento de 46% no volume de *commodities* e estabilidade no volume de especialidades, em função dos mesmos fatores mencionados anteriormente. No semestre, o volume de vendas totalizou 373 mil toneladas, redução de 1% em relação ao 1S17.

**Receita líquida** – Total de R\$ 1.181 milhões (+33%) em função do (i) maior volume de vendas no período, (ii) preço médio em dólar 12% maior, fruto do aumento dos custos de matérias-primas na comparação anual, e (iii) Real 12% mais depreciado em relação ao dólar (equivalente a R\$ 0,39/US\$). Em relação ao 1T18, a receita líquida aumentou 18%, fruto do maior volume vendido, do Real 11% mais depreciado em relação ao dólar (equivalente a R\$ 0,36/US\$), que foram atenuados pelos efeitos da greve e pela maior participação de *commodities* no mix de vendas. No 1S18, a receita líquida totalizou R\$ 2.180 milhões, 21% superior ao 1S17.

**Custo dos produtos vendidos** – Total de R\$ 922 milhões (+26%), devido ao (i) maior volume vendido, (ii) Real 12% mais depreciado frente ao dólar, (iii) os custos pré-operacionais na nova unidade dos EUA e (iv) aumento de custos de matérias-primas na comparação anual. Na comparação com o 1T18, o custo dos produtos vendidos cresceu 12%, reflexo do aumento do volume de vendas, do Real 11% mais desvalorizado frente ao dólar, além dos maiores custos pré-operacionais na nova unidade dos EUA. No 1S18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 1.746 milhões, crescimento de 20% em relação ao 1S17.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 178 milhões (+13%), principalmente em função de aumento de despesas com frete internacional, devido ao Real 12% mais depreciado frente ao dólar e dos maiores despesas com a nova planta dos EUA ligadas ao pré-marketing. Em relação ao 1T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 7%, principalmente em virtude dos mesmos itens citados na comparação anual. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 344 milhões, 10% superiores ao mesmo período do ano anterior.

**EBITDA** – O EBITDA da Oxiteno totalizou 121 milhões (+258%), em virtude (i) do maior volume vendido no período, (ii) do maior patamar do câmbio, com o Real 12% mais depreciado frente ao dólar, e (iii) do maior patamar das margens unitárias em dólares. Esses efeitos mais do que compensaram os impactos gerados pela greve, com perda estimada de R\$ 13 milhões no resultado do trimestre. Em relação ao 1T18, o EBITDA aumentou 136%, em função do maior volume vendido e do Real 11% mais desvalorizado em relação ao dólar, apesar do impacto gerado pela greve já mencionado. No primeiro semestre, o EBITDA totalizou R\$ 172 milhões, crescimento de 19% em relação ao 1S17.

**Investimentos** – O investimento no período foi de R\$ 153 milhões, direcionado principalmente aos investimentos na nova planta de alcoxilação nos Estados Unidos, e à manutenção de suas unidades produtivas. O investimento no 1S18 foi de R\$ 290 milhões.

**Ultragaz****Comentário do Desempenho**

	2T18	2T17	1T18	$\Delta$ (%) 2T18 v 2T17	$\Delta$ (%) 2T18 v 1T18	1S18	1S17	$\Delta$ (%) 1S18 v 1S17
<b>Volume total (mil tons)</b>	<b>444</b>	<b>445</b>	<b>410</b>	<b>0%</b>	<b>8%</b>	<b>854</b>	<b>860</b>	<b>(1%)</b>
Envasado	311	307	281	1%	11%	592	589	1%
Granel	133	139	129	(4%)	3%	262	271	(3%)
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>148</b>	<b>121</b>	<b>(170)</b>	<b>23%</b>	<b>na</b>	<b>(22)</b>	<b>233</b>	<b>na</b>

**Desempenho operacional** – No segmento envasado, o volume aumentou 1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, fruto das iniciativas comerciais, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. No segmento granel, o volume reduziu 4%, devido à greve, além da redução programada de um cliente industrial. Em relação ao 1T18, o volume vendido cresceu 8%, com aumento de 11% no envasado e 3% no granel, em função, principalmente, da sazonalidade entre os períodos, apesar dos impactos causados pela greve. No semestre, o volume de vendas da Ultragaz totalizou 854 mil toneladas, redução de 1% em relação ao 1S17.

**Receita líquida** – Total de R\$ 1.765 milhões (+20%), em função, principalmente, dos reajustes nos custos do GLP. Em relação ao 1T18, a receita líquida cresceu 9%, refletindo, principalmente, o maior volume de vendas no período. No 1S18, a receita líquida totalizou R\$ 3.391 milhões, 20% superior ao 1S17.

**Custo dos produtos vendidos** – Total de R\$ 1.544 milhões (+25%), principalmente, em função dos reajustes nos custos de GLP, atenuados por menores custos com frete, em função das retiradas de produtos em polos mais distantes no 2T17. Em relação ao 1T18, o custo dos produtos vendidos cresceu 8%, principalmente, em virtude do volume sazonalmente maior. No 1S18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 2.976 milhões, crescimento de 26% em relação ao 1S17.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 135 milhões (-18%), devido ao (i) efeito pontual da reavaliação da provisão para perdas estimadas, com reversão de R\$ 9 milhões no 2T18, (ii) menores gastos com frete, fruto da migração de clientes com modalidade de entrega de CIF para FOB, (iii) menores despesas de marketing e (iv) menores gastos com consultorias estratégicas. Em relação ao 1T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 3% em função de maior depreciação e amortização. Excluindo a depreciação e amortização, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 1%. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 266 milhões, 15% inferiores ao mesmo período do ano anterior.

**EBITDA** – Total de R\$ 148 milhões (+23%), em função das iniciativas comerciais de diferenciação e inovação e da redução de custos e despesas, apesar dos impactos da greve estimados em R\$ 10 milhões. No 1T18, o EBITDA da Ultragaz foi afetado pelo pagamento da multa de R\$ 286 milhões em função da decisão do CADE pela não aprovação da aquisição da Liquigás. Excluindo este efeito, o EBITDA da Ultragaz aumentou 28% na comparação trimestral, em função do maior volume de vendas. No primeiro semestre, o EBITDA ex-multa totalizou R\$ 264 milhões, crescimento de 13% em relação ao 1S17.

**Investimentos** – Foram investidos R\$ 54 milhões, direcionados, principalmente, a clientes do segmento granel, vasilhames e tecnologia da informação com foco na estratégia de diferenciação e inovação da Ultragaz. No semestre, foram investidos R\$ 116 milhões.

**Ultracargo****Comentário do Desempenho**

	2T18	2T17	1T18	$\Delta$ (%) 2T18 v 2T17	$\Delta$ (%) 2T18 v 1T18	1S18	1S17	$\Delta$ (%) 1S18 v 1S17
Armazenagem efetiva <sup>1</sup> (mil m <sup>3</sup> )	786	727	722	8%	9%	754	711	6%
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>54</b>	<b>26</b>	<b>41</b>	<b>108%</b>	<b>32%</b>	<b>95</b>	<b>48</b>	<b>99%</b>

<sup>1</sup> Média mensal

**Desempenho operacional** – A armazenagem média da Ultracargo cresceu 8% em relação ao 2T17, em função da maior capacidade disponível em Santos, fruto da retomada parcial das atividades no terminal, com o retorno de 67,5 mil m<sup>3</sup>, em junho de 2017, dos 151,5 mil m<sup>3</sup> suspensos desde o incêndio em abril de 2015 e da maior movimentação de etanol em Santos e Suape. Os efeitos foram atenuados pela menor movimentação de combustíveis, principalmente no terminal de Aratu. Em relação ao 1T18, a armazenagem média dos terminais da Ultracargo aumentou 9%, refletindo a maior movimentação em todos os terminais, com destaque para movimentação de etanol, parcialmente compensada por menor movimentação de combustíveis. No semestre, a armazenagem média da Ultracargo cresceu 6% em relação ao 2S17.

**Receita líquida** – Total de R\$ 127 milhões no 2T18 (+19%), impulsionado pelo aumento da armazenagem média, em função da retomada parcial de Santos mencionada anteriormente, além da maior movimentação nos terminais e dos maiores preços médios. Em relação ao 1T18, a receita líquida aumentou 9%, acompanhando o desempenho da armazenagem média no trimestre com a maior movimentação nos terminais. No 1S18, a receita líquida totalizou R\$ 243 milhões, 17% superior ao 1S17.

**Custo dos serviços prestados** – Total de R\$ 61 milhões (+13%), devido aos maiores gastos em Santos em função da retomada parcial do terminal, além do maior pagamento de IPTU a partir de 2018. Em relação ao 1T18, o custo dos serviços prestados cresceu 3%, em função dos maiores gastos com pessoal e serviços de terceiros em Santos. No 1S18, o custo dos serviços prestados totalizou R\$ 120 milhões, crescimento de 15% em relação ao 1S17.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 24 milhões (-16%). Neste trimestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas foram impactadas por um efeito pontual de recebimentos de créditos no valor de R\$ 8 milhões referentes à cobrança indevida da taxa de gestão portuária. Em relação ao 1T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 17%, em virtude dos mesmos fatores explicados acima. No semestre, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 52 milhões, 2% inferiores ao mesmo período do ano anterior.

**EBITDA** – Total de R\$ 54 milhões (+108%) em função da (i) maior armazenagem média no período, refletindo a recuperação parcial do terminal de Santos, (ii) preços médios superiores nos terminais, (iii) R\$ 18 milhões com despesas relacionadas ao incidente de Santos no 2T17 e (iv) recebimento de créditos no valor de R\$ 8 milhões referentes à cobrança indevida da taxa de gestão portuária. O aumento do EBITDA corrente foi parcialmente atenuado pela venda dos ativos não operacionais no valor de R\$ 5 milhões no 2T17. Em relação ao 1T18, o EBITDA cresceu 32%, devido à maior movimentação nos terminais e aos maiores preços nos terminais de Suape e do Rio de Janeiro. No primeiro semestre, o EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 95 milhões, crescimento de 99% em relação ao 1S17.

**Investimentos** – Na Ultracargo, o investimento no período foi de R\$ 28 milhões, direcionado principalmente à expansão do terminal de Itaqui, manutenção e modernização dos sistemas e processos de segurança dos terminais. No semestre, foram investidos R\$ 50 milhões.

**Extrafarma****Comentário do Desempenho**

	2T18	2T17	1T18	$\Delta$ (%) 2T18 v 2T17	$\Delta$ (%) 2T18 v 1T18	1S18	1S17	$\Delta$ (%) 1S18 v 1S17
<b>Receita bruta (R\$ milhões)</b>	<b>559</b>	<b>482</b>	<b>542</b>	<b>16%</b>	<b>3%</b>	<b>1.101</b>	<b>958</b>	<b>15%</b>
<b>Número de lojas (final do período)</b>	<b>406</b>	<b>341</b>	<b>401</b>	<b>19%</b>	<b>1%</b>	<b>406</b>	<b>341</b>	<b>19%</b>
% de lojas maduras (+3 anos)	46%	53%	46%	(6,7 p.p.)	0,2 p.p.	46%	53%	(6,7 p.p.)
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>(7)</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>na</b>	<b>na</b>	<b>(7)</b>	<b>13</b>	<b>na</b>

**Desempenho operacional** – A Extrafarma encerrou o 2T18 com 406 lojas (com 86 aberturas e 21 fechamentos nos últimos 12 meses, equivalente a um aumento de 19%). Ao final do 2T18, as lojas em maturação (até três anos de operação) representavam 54% da rede em comparação a 47% do 2T17, reflexo do ritmo acelerado de expansão da rede. Em relação ao 1T18, a Extrafarma abriu 8 novas lojas (3 fechamentos), dando continuidade à expansão da rede, principalmente, em São Paulo.

Além disso, ocorreu a implementação de um novo sistema de varejo em junho de 2018, um marco importante para a evolução da plataforma tecnológica da Extrafarma. O sistema visa aprimorar a excelência operacional com ganhos de produtividade e gestão de estoque, proporcionar uma melhor experiência de compra aos clientes e fortalecer as bases para o crescimento.

**Receita bruta** – Total de R\$ 559 milhões (+16%), devido ao crescimento de 17% no faturamento do varejo, em função do número médio de lojas 23% superior, do reajuste anual nos preços de medicamentos e do maior ritmo de atividades promocionais no período. Esses efeitos foram atenuados pelos impactos não recorrentes da greve e da substituição do sistema de varejo, que afetou temporariamente as operações durante o período de implantação e estabilização. Em relação ao 1T18, a receita bruta cresceu 3%, em decorrência do maior número médio de lojas e das ações promocionais no trimestre, parcialmente compensados pelos efeitos pontuais mencionados acima. No semestre, a receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 1.101 milhões, 15% superior ao mesmo período do ano anterior.

**Custo dos produtos vendidos e lucro bruto** – Custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 369 milhões (+20%), principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 160 milhões (+9%), principalmente em função do maior faturamento do período, atenuado por maior ritmo de atividades promocionais e maior abrangência geográfica. Em relação ao 1T18, o custo dos produtos vendidos e lucro bruto apresentaram, respectivamente, crescimento de 3% e 5%, devido ao maior faturamento do período. No 1S18, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 728 milhões e o lucro bruto R\$ 313 milhões, 19% e 7%, respectivamente, acima do 1S17.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 184 milhões (+21%), reflexo do número médio de lojas 23% superior. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 1% na comparação anual, abaixo da inflação do período, principalmente devido aos maiores gastos com publicidade e propaganda e maiores fretes logísticos, atenuados por iniciativas implementadas pela Extrafarma para ganho de produtividade e redução de despesas. Em relação ao 1T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 8%, em virtude do maior número médio de lojas e maiores gastos com publicidade e propaganda. No 1S18, as despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 353 milhões, 17% superiores ao 1S17.

**EBITDA** – Total de R\$ 7 milhões negativo em comparação ao reportado de R\$ 9 milhões no 2T17, em função do (i) maior número de lojas novas e em maturação, (ii) efeitos pontuais relacionados à implementação e estabilização do novo sistema de varejo e à greve dos caminhoneiros, totalizando um montante de R\$ 7 milhões, (iii) maiores ações promocionais e (iv) maior abrangência geográfica. Excluindo os efeitos de novas lojas e os efeitos pontuais, o EBITDA seria de R\$ 10 milhões no 2T18, em comparação ao EBITDA reportado de R\$ 9 milhões no 2T17. Em relação ao 1T18, o EBITDA reduziu devido aos efeitos pontuais mencionados acima. No semestre, o EBITDA da Extrafarma foi de R\$ 7 milhões negativo, ante um EBITDA de R\$ 13 milhões no 1S17.

**Investimentos** – Foram investidos R\$ 23 milhões direcionados, principalmente, à abertura de novas lojas e tecnologia da informação, com foco na melhoria da experiência de compra e excelência operacional. No semestre, a Extrafarma investiu R\$ 39 milhões.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 32.

### 2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **a. Apuração do resultado**

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. A abertura da receita de vendas e serviços prestados está demonstrada na nota explicativa nº 26.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e as bonificações postecipadas são reconhecidas como redutoras da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23 - Programa de fidelidade.

A taxa inicial de franquia da am/pm recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23 - Taxa inicial de franquia.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros não classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 33.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **d. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide notas explicativas nº 5 e 33 – Risco de crédito de clientes), levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

### **e. Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

### **f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade**

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

### **g. Investimentos**

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais (vide notas explicativas nº 3.b e 12). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 12). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

### ***h. Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 20), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 13).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

### ***i. Arrendamento mercantil***

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo às controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 13 e 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 15.i).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 34.c).

### **j. Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 14):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 14.i).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 14 itens i e v).

### **k. Demais ativos**

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***l. Passivos financeiros***

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 15.j).

### ***m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido***

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***n. Provisão para retirada de tanques***

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 20). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

### ***o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21).

### ***p. Benefícios pós-emprego***

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 19.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

### ***q. Demais passivos***

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### ***r. Transações em moeda estrangeira***

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### s. *Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior*

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 97.449 de ganho cambial (R\$ 53.061 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2017), vide nota explicativa nº 25.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiten Andina, C.A. (ii)	Bolívar	Venezuela

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29, as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 26 de janeiro de 2018, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 39 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando o DICOM - *Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado* como o tipo de câmbio legalmente reconhecido, sendo o Bolívar negociado em 30 de junho de 2018 à taxa de 115.000,00 VEF/US\$ para venda e 114.712,50 VEF/US\$ para compra.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. A perda reconhecida no resultado no período de seis meses findo em 30 junho de 2018 totalizou R\$ 6.105 (ganho de R\$ 3.455 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017).

### ***t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 15 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferido (notas explicativas nº 2.m e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.s), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 14), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 20), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 21), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 19.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***u. Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecoverabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 14.i).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **v. Combinação de negócios**

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

### **w. Demonstrações de valor adicionado**

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) representam informação financeira suplementar.

### **x. Demonstrações dos fluxos de caixa**

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018:

	<b>CPC</b>	
	<b><u>correspondente</u></b>	<b><u>Vigente em</u></b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i>.</li> </ul>	48	2018
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.</li> </ul>	47	2018

A Sociedade e suas controladas divulgam a seguir as informações dos impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47), alinhadas as novas práticas contábeis introduzidas pelo IASB e reclassificações e ajustes imateriais para melhor apresentação das informações trimestrais: i) a receita de vendas anteriormente reconhecida pela emissão da nota fiscal, foi ajustada para reconhecimento pela entrega dos produtos e ii) segregação de impostos sobre vendas e compras entre receita e custo.

#### (1) adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros

##### a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fundos de investimentos são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado (vide nota explicativa nº 2.c).

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

31/12/2017					
Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39		Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9			
Categoria	Valor contábil	Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
	Empréstimos e recebíveis	147.926	-	-	147.926
Caixa e bancos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	32.473	32.473	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira					
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	68.742	-	2.720	66.022
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	7.449	-	-	7.449
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	129.131	-	129.131	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	85.753	85.753	-	-
<b>Total</b>		<b>6.369.928</b>	<b>1.195.075</b>	<b>4.953.456</b>	<b>221.397</b>

**b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa**

A Sociedade e suas controladas avaliaram as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide nota explicativa nº 2.d).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos decorrentes desta alteração mantendo a permanência da aplicação do IAS 39.

(2) adoção do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita de contrato com cliente

A Sociedade e suas controladas avaliaram todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificou impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção desta norma (vide nota explicativa nº 2.a).

Em relação a apresentação na demonstração de resultados, a Sociedade e suas controladas avaliaram que algumas despesas, alocadas até 31 de dezembro de 2017 na rubrica com vendas e comerciais, devem ser apresentadas como redutoras de receita, substancialmente em relação à despesa com amortização de direitos de exclusividade com postos de serviços Ipiranga.

A Sociedade e suas controladas adotaram retrospectivamente os impactos dos IFRS 9 e 15.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47), reclassificação e ajustes imateriais:

### Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017

Ativo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.002.004	-	-	-	5.002.004
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.283.498	-	-	-	1.283.498
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes, líquidas	4.337.118	(157.198)	-	(32.026)	4.147.894
Estoques, líquidos	3.491.879	-	-	21.698	3.513.577
Impostos a recuperar, líquidos	881.584	-	-	-	881.584
Dividendos a receber	11.137	-	-	-	11.137
Demais contas a receber	44.025	-	-	-	44.025
Despesas antecipadas, líquidas	150.046	-	-	-	150.046
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	-	-	456.213	-	456.213
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>15.201.291</b>	<b>(157.198)</b>	<b>456.213</b>	<b>(10.328)</b>	<b>15.489.978</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	84.426	-	-	-	84.426
Contas a receber de clientes, líquidas	329.991	-	-	-	329.991
Sociedades relacionadas	490	-	-	-	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	545.611	53.447	12.150	2.853	614.061
Impostos a recuperar, líquidos	313.242	-	-	-	313.242
Depósitos judiciais	822.660	-	-	-	822.660
Ativo de indenização - combinação de negócios	202.352	-	-	-	202.352
Demais contas a receber	7.918	-	-	-	7.918
Despesas antecipadas, líquidas	346.886	-	-	-	346.886
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	-	-	1.046.147	-	1.046.147
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>	<b>2.653.576</b>	<b>53.447</b>	<b>1.058.297</b>	<b>2.853</b>	<b>3.768.173</b>
<b>Investimentos em:</b>					
Empreendimentos controlados em conjunto	122.061	-	-	-	122.061
Coligadas	25.341	-	-	-	25.341
Outros	2.792	-	-	-	2.792
Imobilizado, líquido	6.607.788	-	-	26.740	6.634.528
Intangível, líquido	3.727.473	-	(1.538.095)	(26.740)	2.162.638
	10.485.455	-	(1.538.095)	-	8.947.360
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>13.139.031</b>	<b>53.447</b>	<b>(479.798)</b>	<b>2.853</b>	<b>12.715.533</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>28.340.322</b>	<b>(103.751)</b>	<b>(23.585)</b>	<b>(7.475)</b>	<b>28.205.511</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017

Passivo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.819.766	-	-	-	1.819.766
Debêntures	1.681.199	-	-	-	1.681.199
Arrendamento mercantil financeiro	2.710	-	-	-	2.710
Fornecedores	2.155.498	-	-	-	2.155.498
Salários e encargos sociais	388.118	-	-	-	388.118
Obrigações tributárias	225.829	-	-	(4.300)	221.529
Dividendos propostos a pagar	338.845	-	-	-	338.845
Imposto de renda e contribuição social a pagar	86.836	-	-	-	86.836
Benefícios pós-emprego	30.059	-	-	-	30.059
Provisão para retirada de tanques	4.799	-	-	-	4.799
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	64.550	-	-	-	64.550
Contas a pagar - indenização à clientes e terceiros	72.216	-	-	-	72.216
Demais contas a pagar	125.150	-	-	-	125.150
Receita diferida	18.413	-	-	-	18.413
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>7.013.988</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.300)</b>	<b>7.009.688</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	6.113.545	-	-	-	6.113.545
Debêntures	3.927.569	-	-	-	3.927.569
Arrendamento mercantil financeiro	45.805	-	-	-	45.805
Sociedades relacionadas	4.185	-	-	-	4.185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.524	-	-	-	38.524
Benefícios pós-emprego	207.464	-	-	-	207.464
Provisão para retirada de tanques	59.975	-	-	-	59.975
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	861.246	-	-	-	861.246
Receita diferida	12.896	-	-	-	12.896
Bônus de subscrição - indenização	171.459	-	-	-	171.459
Demais contas a pagar	162.834	-	-	-	162.834
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>11.605.502</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.605.502</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	5.171.752	-	-	-	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	536	-	-	-	536
Reserva de capital	549.778	-	-	-	549.778
Ações em tesouraria	(482.260)	-	-	-	(482.260)
Reserva de reavaliação de controladas	4.930	-	-	-	4.930
Reservas de lucros	3.760.079	(103.468)	(23.585)	(3.175)	3.629.851
Ajustes de avaliação patrimonial	159.643	-	-	-	159.643
Ajustes acumulados de conversão	53.061	-	-	-	53.061
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	163.742	-	-	-	163.742
<b>Patrimônio líquido atribuível a:</b>					
Acionistas da Ultrapar	9.381.261	(103.468)	(23.585)	(3.175)	9.251.033
Acionistas não controladores de controladas	339.571	(283)	-	-	339.288
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.720.832</b>	<b>(103.751)</b>	<b>(23.585)</b>	<b>(3.175)</b>	<b>9.590.321</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>28.340.322</b>	<b>(103.751)</b>	<b>(23.585)</b>	<b>(7.475)</b>	<b>28.205.511</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Demonstração do resultado findo em 30 de junho de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	37.900.928	-	(252.532)	(107.626)	37.540.770
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(34.631.410)	-	-	107.626	(34.523.784)
<b>Lucro bruto</b>	3.269.518	-	(252.532)	-	3.016.986
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas e comerciais	(1.424.447)	(39.754)	251.883	-	(1.212.318)
Gerais e administrativas	(751.820)	-	-	-	(751.820)
Resultado na venda de bens	(150)	-	-	-	(150)
Outros resultados operacionais, líquidos	62.911	-	-	-	62.911
<b>Lucro operacional</b>	1.156.012	(39.754)	(649)	-	1.115.609
Receitas financeiras	301.299	-	-	-	301.299
Despesas financeiras	(535.319)	-	-	-	(535.319)
Resultado financeiro líquido	(234.020)	-	-	-	(234.020)
Equivalência patrimonial	12.087	-	-	-	12.087
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	934.079	(39.754)	(649)	-	893.676
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	(308.416)	-	-	-	(308.416)
Diferido	(8.149)	13.978	221	-	6.050
	(316.565)	13.978	221	-	(302.366)
<b>Lucro líquido do período</b>	617.514	(25.776)	(428)		591.310
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	614.270	(25.776)	(390)	-	588.104
Acionistas não controladores de controladas	3.244	-	(38)	-	3.206
<b>Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do período) - R\$</b>					
Básico	1,1338				1,0855
Diluído	1,1255				1,0777

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## Demonstrações dos fluxos de caixa findo em 30 de junho de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido do período</b>	617.514	(25.776)	(428)	-	591.310
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Equivalência patrimonial	(12.087)	-	-	-	(12.087)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	247.577	-	247.577
Depreciações e amortizações	589.216	-	(251.883)	-	337.333
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	6.510	-	-	-	6.510
Despesas com retirada de tanques	(1.329)	-	-	1.329	-
Juros, variações monetárias e cambiais	397.423	-	-	-	397.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.149	(13.978)	(221)	-	(6.050)
Resultado na venda de bens	150	-	-	-	150
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	74.983	74.983
Provisão para perda em estoques	-	-	-	(104)	(104)
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	6.116	6.116
Demais provisões e ajustes	145	-	-	-	145
	<u>1.605.691</u>	<u>(39.754)</u>	<u>(4.955)</u>	<u>82.324</u>	<u>1.643.306</u>
<b>(Aumento) diminuição no ativo circulante</b>					
Contas a receber e financiamentos a clientes	126.254	39.754	(4.750)	(74.983)	86.275
Estoques	177.473	-	-	104	177.577
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(6.702)	-	(6.702)
Outros itens do ativo circulante	272.242	-	-	-	272.242
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante</b>					
Seguro e demais contas a pagar	34.632	-	-	(1.329)	33.303
Outros itens do passivo circulante	(323.938)	-	-	-	(323.938)
<b>(Aumento) diminuição no ativo não circulante</b>					
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	11.452	-	11.452
Outros itens do ativo não circulante circulante	(194.597)	-	-	-	(194.597)
<b>Aumento (diminuição) no passivo não circulante</b>					
Benefícios pós-emprego	7.527	-	-	(6.116)	1.411
Outros itens do passivo não circulante	(81.452)	-	-	-	(81.452)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(282.801)	-	(282.801)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(366.074)	-	-	-	(366.074)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>1.257.758</u>	<u>-</u>	<u>(287.756)</u>	<u>-</u>	<u>970.002</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de intangível	(379.487)	-	287.756	-	(91.731)
Outros itens das atividades de investimentos	(605.062)	-	-	-	(605.062)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(984.549)</u>	<u>-</u>	<u>287.756</u>	<u>-</u>	<u>(696.793)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<u>8.112</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.112</u>
<b>Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira</b>	<u>33.879</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.879</u>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>315.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>315.200</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	4.274.158	-	-	-	4.274.158
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	4.589.358	-	-	-	4.589.358

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de junho de 2018:

	<b>CPC</b>	<b>Vigente em</b>
	<b><u>correspondente</u></b>	<b><u>Vigente em</u></b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.</li> </ul>	06 (R2)	2019

A Sociedade e suas controladas estão quantificando os potenciais efeitos desse pronunciamento e espera-se impacto relevante no reconhecimento do direito de uso e dívida referente a contratos de arrendamento mercantil relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda devido ao número de contratos de arrendamento mercantil operacional das controladas (vide nota explicativa nº 34.c).

### ***z. Autorização para a emissão das informações trimestrais***

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 1 de agosto de 2018.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições**

#### **a) Princípios de consolidação**

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b) Participações societárias**

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/06/2018		31/12/2017	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Ipiranga Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (nota explicativa nº 3.d)	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **c) Associação com Chevron Brasil Lubrificantes S.A.**

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. A associação é formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Em fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e publicada no Diário Oficial da União. Em 1º de dezembro de 2017, a associação foi consumada, através do aporte da controlada Ipiranga Lubrificantes S.A. (“IpiLubs”) na Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (“CBLSA”) e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA. A IPP e a Chevron detêm 56% e 44%, respectivamente, do capital da CBLSA.

A Sociedade está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio. A alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) será concluída em 2018. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 123.673. O ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura está fundamentado pela sinergia entre as operações de lubrificantes da CBLSA e a IpiLubs.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição (1º de dezembro de 2017), sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	73.316	Fornecedores	33.453
Contas a receber	157.016	Salários e encargos sociais	18.251
Estoques	112.998	Obrigações tributárias	20.089
Impostos a recuperar	5.595	Demais contas a pagar	28.743
Demais contas a receber	15.497		100.536
	<u>364.422</u>		
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Sociedades relacionadas	7.077	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	202.352
Ativo de indenização	202.352	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300
Depósitos judiciais	4.095	Benefícios pós-emprego	44.478
Demais contas a receber	5.257		250.130
Imobilizado	172.526		
Intangível	9.944		
	<u>401.251</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>765.673</u>	Total dos passivos assumidos	<u>350.666</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	123.673	Participação de acionistas não controladores	182.603
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>889.346</u>	Valor provisório da aquisição	356.077

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor provisório da aquisição	356.077
Total dos ativos adquiridos	(765.673)
Total dos passivos assumidos	350.666
Participação de acionistas não controladores	182.603
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.i)	<u>123.673</u>

### d) Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

Em 30 de janeiro de 2018, a Sociedade por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda., que já vem sendo operado pela controlada Tequimar no Porto de Santos. O valor da aquisição foi R\$ 103.373. Em 14 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela SG do CADE. Em 2 de março de 2018, o CADE emitiu um certificado trânsito em julgado, atestando a aprovação da operação. Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio. A alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) será concluída em 2018. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 6.253.

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.662	Fornecedores	14
Impostos a recuperar	3.830		14
Demais contas a receber	4.861		
	<u>12.353</u>		
 <u>Ativo não circulante</u>		Contraprestação contingente	2.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.054		
Depósitos judiciais	72		
Imobilizado	86.535		
	<u>87.661</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>100.014</u>	Total dos passivos assumidos	<u>2.894</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	6.253		
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>106.267</u>	Valor da aquisição	103.373

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor da aquisição	103.373
Total dos ativos adquiridos	(100.014)
Total dos passivos assumidos	<u>2.894</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.i)	<u>6.253</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados adquiridos, vide a nota explicativa nº 13.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### e) Aquisição não efetivada

Em 17 de novembro de 2016, a Sociedade por meio da controlada Companhia Ultragas S.A. (“Cia. Ultragas”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”). O valor da transação totaliza R\$ 2.665 milhões e será corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), entre as datas de assinatura e de fechamento da operação. O valor ainda estará sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Liquigás entre 31 de dezembro de 2015 e a data de fechamento da transação. Em 23 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação estava sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes durante toda a tramitação da análise do processo e as negociações realizadas com o Tribunal, decidiram rejeitar a transação com a maioria dos votos. Devido ao não cumprimento de uma das condições precedentes à consumação da transação, a Cia. Ultragas pagou uma multa de R\$ 286.160 em benefício da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) em 9 de março de 2018 (vide nota explicativa nº 29).

## 4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33 conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.119.267 em 30 de junho de 2018 (R\$ 6.369.928 em 31 de dezembro de 2017) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	304	143	84.457	73.128
Em moeda estrangeira	-	-	112.543	74.798
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	474.199	93.031	3.705.463	4.821.605
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	37.900	32.473
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>474.503</u>	<u>93.174</u>	<u>3.940.363</u>	<u>5.002.004</u>

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	579.491	21.657	1.740.824	1.153.040
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	231.682	129.131
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	206.398	85.753
Total de aplicações financeiras	<u>579.491</u>	<u>21.657</u>	<u>2.178.904</u>	<u>1.367.924</u>
Circulante	579.491	21.657	2.029.689	1.283.498
Não circulante	-	-	149.215	84.426

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

A composição das contas a receber e financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Reapresentado</u>
Cientes nacionais	4.230.281	4.025.726
Financiamentos a clientes – Ipiranga (i)	746.052	675.236
Cientes estrangeiros	281.885	229.701
( - ) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(503.821)</u>	<u>(452.778)</u>
	<u>4.754.397</u>	<u>4.477.885</u>
Circulante	4.403.577	4.147.894
Não circulante	350.820	329.991

(i) Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	<u>Vencidos</u>					
		<u>A vencer</u>	<u>&lt; 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>&gt; 180 dias</u>
<b>30/06/2018</b>	5.258.218	4.323.935	154.989	65.550	52.947	100.570	560.227
<b>31/12/2017</b>	4.930.663	4.070.523	200.939	46.491	48.197	87.812	476.701

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	295.580
Adoção do IFRS 9	157.198
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	<u>452.778</u>
Adições	65.719
Baixas	<u>(14.676)</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>503.821</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33 – Risco de crédito de clientes.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***6 Estoques (Consolidado)**

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	<b>30/06/2018</b>			<b>31/12/2017</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Provisão para perdas</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Provisão para perdas</b>	<b>Saldo líquido</b>
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.343.942	(3.651)	1.340.291	1.626.449	(3.074)	1.623.375
Produtos acabados	513.054	(22.379)	490.675	500.223	(18.495)	481.728
Produtos em elaboração	1.590	-	1.590	1.637	-	1.637
Matérias-primas	420.230	(2.091)	418.139	492.029	(1.835)	490.194
Gás liquefeito de petróleo - GLP	90.904	(5.761)	85.143	102.748	(5.761)	96.987
Materiais de consumo e outros itens para revenda	146.869	(4.060)	142.809	160.024	(5.380)	154.644
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	467.582	(4.083)	463.499	417.726	(2.447)	415.279
Compra para entrega futura <sup>(1)</sup>	107.011	-	107.011	222.808	-	222.808
Imóveis para revenda	27.489	(107)	27.382	27.032	(107)	26.925
	<u>3.118.671</u>	<u>(42.132)</u>	<u>3.076.539</u>	<u>3.550.676</u>	<u>(37.099)</u>	<u>3.513.577</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.099
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	239
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	4.794
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>42.132</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ajuste ao valor de realização	20.056	19.817
Obsolescência e outras perdas	<u>22.076</u>	<u>17.282</u>
Total	<u>42.132</u>	<u>37.099</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
ICMS	-	-	637.996	580.630
Provisão para perdas de ICMS <sup>(1)</sup>	-	-	(70.850)	(72.076)
PIS e COFINS	-	-	322.786	348.333
IRPJ e CSLL	88.667	81.755	402.643	295.172
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	-	-	34.439	27.180
Outros	-	-	42.370	15.587
<b>Total</b>	<b>88.667</b>	<b>81.755</b>	<b>1.369.384</b>	<b>1.194.826</b>
Circulante	39.982	33.070	965.672	881.584
Não circulante	48.685	48.685	403.712	313.242

<sup>(1)</sup> A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.076
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	(1.226)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>70.850</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 8 Partes relacionadas

#### a. Sociedades relacionadas

- **Controladora**

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro <sup>(1)</sup></u>
	<b>Debêntures <sup>(1)</sup></b>	<b>Demais contas a pagar <sup>(2)</sup></b>	<b>Contas a pagar</b>	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.454	-	-	27.485
Companhia Ultragaz S.A.	-	6.207	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.201	-
<b>Total em 30 de junho de 2018</b>	<b>761.454</b>	<b>6.207</b>	<b>5.201</b>	<b>27.485</b>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro <sup>(1)</sup></u>
	<b>Debêntures <sup>(1)</sup></b>	<b>Demais contas a pagar <sup>(2)</sup></b>	<b>Contas a pagar</b>	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	762.562	-	-	49.220
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	4.003	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	-	3.086	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	1.585	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	-	2.768	-	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>762.562</b>	<b>7.439</b>	<b>4.003</b>	
<b>Total em 30 de junho de 2017</b>				<b>49.220</b>

<sup>(1)</sup> Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

<sup>(2)</sup> Refere-se ao Plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### • Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber <sup>(1)</sup></u>	<u>A pagar <sup>(1)</sup></u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.487
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	5.031	158
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	10.540
Outros	490	1.193	-	-
Total em 30 de junho de 2018	<u>490</u>	<u>4.139</u>	<u>5.031</u>	<u>12.185</u>

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber <sup>(1)</sup></u>	<u>A pagar <sup>(1)</sup></u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.489
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	1.067	31
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	22.199
Outros	490	1.239	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>490</u>	<u>4.185</u>	<u>1.067</u>	<u>23.719</u>

<sup>(1)</sup> Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

	<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Vendas e serviços prestados</u>	<u>Compras</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	9.135
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	509.271
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.431	758
Total em 30 de junho de 2018	<u>1.434</u>	<u>519.164</u>

	<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Vendas e serviços prestados</u>	<u>Compras</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	8.681
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	417.788
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.099	771
Total em 30 de junho de 2017	<u>1.102</u>	<u>427.240</u>

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 15.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

### **b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)**

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo, que foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciada pela Sociedade em junho de 2017. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 19.b).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração de curto prazo	21.610	22.695
Remuneração em ações (*)	(2.112)	2.746
Benefício pós-emprego	1.187	1.690
Remuneração de longo prazo	-	1.770
Benefício de rescisão do cargo	905	-
	<u>21.590</u>	<u>28.901</u>
Total	<u>21.590</u>	<u>28.901</u>

(\*) Inclui a reversão de despesas do cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores (vide nota explicativa nº 8.c).

### c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, em períodos de 5 a 7 anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(2.124)	7.254
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(6.795)	10.352
9 de dezembro de 2014	470.000	2019 a 2021	50,64	32.829	(19.980)	12.849
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(4.415)	1.584
7 de novembro de 2012	173.332	2017 a 2019	42,90	16.731	(15.469)	1.262
14 de dezembro de 2011	40.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(5.167)	105
	<u>1.056.732</u>			<u>87.356</u>	<u>(53.950)</u>	<u>33.406</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, a amortização de R\$ 1.549 (R\$ 9.281 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.183.398
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(126.666)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>1.056.732</u>

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGO”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de 3 a 6 anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas. As informações contidas nesse plano de remuneração refletem ambos os planos.

Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta um resumo dos Programas de ações restritas e de performance outorgados:

<b>Programa</b>	<b>Data da outorga</b>	<b>Saldo de ações restritas outorgadas</b>	<b>Prazo para transferência da nu-propriedade das ações</b>	<b>Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)</b>	<b>Custos totais das outorgas, incluindo impostos</b>	<b>Custos reconhecidos acumulados das outorgas</b>	<b>Custos não reconhecidos das outorgas</b>
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(1.581)	11.061
Restritas e Performance	8 de novembro de 2017	42.858	2020 a 2022	76,38	5.485	(955)	4.530
Restritas e Performance	9 de abril de 2018	<u>103.592</u>	2021 a 2023	68,70	<u>13.275</u>	<u>(867)</u>	<u>12.408</u>
		<u>266.450</u>			<u>31.402</u>	<u>(3.403)</u>	<u>27.999</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 2.619 em relação ao Plano.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 9 Imposto de renda e contribuição social

#### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017 Reapresentado
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	107.331	103.092
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	148.237	145.767
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	84.683	81.199
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	250	40.755
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	14.318	14.234
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.264	74.972
Provisão para retirada de tanques	-	-	17.111	19.111
Demais provisões	5.315	29.158	109.266	158.952
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (9.d)	-	-	481.667	201.471
Total	<u>5.315</u>	<u>29.158</u>	<u>1.038.127</u>	<u>839.553</u>
Compensações de saldos passivos	(134)	-	(310.178)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no ativo	<u>5.181</u>	<u>29.158</u>	<u>727.949</u>	<u>614.061</u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.048	2.109
Arrendamento mercantil	-	-	3.108	3.361
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	95.432	44.440
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	161.676	131.811
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	45.093	45.414
Diferenças temporárias de controladas no exterior	134	-	3.528	955
Demais provisões	-	-	35.054	35.926
Total	<u>134</u>	<u>-</u>	<u>345.939</u>	<u>264.016</u>
Compensações de saldos ativos	(134)	-	(310.178)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no passivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.761</u>	<u>38.524</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017 Reapresentado</b>
Saldo inicial	507.087	409.699
Adoção do IFRS 9 e 15	67.849	42.275
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(12.310)	6.050
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	125.651	4.876
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (nota explicativa nº 3.c)	1.054	-
Outros	2.857	1.379
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>692.188</u>	<u>464.279</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Até 1 ano	-	152.253
De 1 a 2 anos	1.772	112.753
De 2 a 3 anos	1.772	167.664
De 3 a 5 anos	1.771	100.577
De 5 a 7 anos	-	237.546
De 7 a 10 anos	-	267.334
	<hr/>	<hr/>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>5.315</u>	<u>1.038.127</u>

O estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis da Extrafarma, para a realização de ativos fiscais diferidos, foi examinado pelo Conselho Fiscal em 20 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de fevereiro de 2018, levando-se em consideração a implementação das ações propostas pela administração da controlada, dentre elas, a reestruturação operacional e a expansão de lojas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017 Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	69.607	(20.951)	472.477	881.589
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(23.666)	7.123	(160.642)	(299.740)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(143)	(451)	(39.685)	(27.021)
Receitas não tributáveis (ii)	13	-	12.593	1.439
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	4.758	6.117
Juros sobre capital próprio (iv)	(538)	(550)	(538)	(550)
Demais ajustes	12	13	(15.015)	3.174
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(24.322)	6.135	(198.529)	(316.581)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	45.949	14.215
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(24.322)	6.135	(152.580)	(302.366)
Corrente	(345)	(2.187)	(140.270)	(308.416)
Diferido	(23.977)	8.322	(12.310)	6.050
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	34,9	29,3	32,3	34,3

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju <sup>(1)</sup>	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro <sup>(2)</sup>	75	2026
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

<sup>(1)</sup> Em 9 de maio de 2018, a controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) protocolou requerimento na SUDENE solicitando a redução do IRPJ em 75% por mais 10 anos, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe.

<sup>(2)</sup> Em 3 de julho de 2017, a controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), protocolou pleito na SUDENE solicitando a redução do IRPJ em 75%, em virtude de implantação de unidade produtiva em Juazeiro - Bahia. Por meio de Laudo Constitutivo expedido em 7 de novembro de 2017, a SUDENE aprovou o incentivo até 2026. Referido laudo foi encaminhado à SRF em 27 de novembro de 2017, para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal (“SRF”), a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2018, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 149.

### d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2018, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.472.163 (R\$ 598.183 em 31 de dezembro de 2017) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.450.009 (R\$ 576.949 em 31 de dezembro de 2017), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 481.667 em 30 de junho de 2018 (R\$ 201.471 em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A partir de abril de 2018, a controlada Extrafarma deixou de constituir tributos diferidos devido a expectativa de realização do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de CSLL superarem o prazo de 10 anos. O saldo de prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de CSLL sem tributos diferidos constituídos totalizam R\$ 49.632.

### 10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	30/06/2018	31/12/2017
Aluguéis <sup>(1)</sup>	363.609	329.421
Propaganda e publicidade	66.858	67.321
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	29.531	37.591
Prêmios de seguros	31.219	39.629
Manutenção de <i>software</i>	11.846	8.237
Demais despesas antecipadas	24.550	14.733
	<u>527.613</u>	<u>496.932</u>
Circulante	155.192	150.046
Não circulante	372.421	346.886

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.

### 11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. A movimentação é demonstrada abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017 Reapresentado
Saldo inicial	-	-
Adoção do IFRS 15	1.502.360	1.438.084
Saldo inicial - reapresentado	1.502.360	1.438.084
Adições	177.008	282.801
Amortizações	(196.680)	(247.577)
Transferências	611	(4.750)
Saldo final	<u>1.483.299</u>	<u>1.468.558</u>
Circulante	471.084	455.018
Não circulante	1.012.215	1.013.540

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 12 Investimentos

#### a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/06/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.230.374	5.689.463	16.184.855	2.886.222	492.164
Passivo	2.509	3.197.378	10.989.766	2.877.572	415.099
Patrimônio líquido	1.227.865	2.492.085 (*)	5.195.089 (*)	8.650	77.065
Receita líquida de vendas e serviços	-	615.020	35.518.210	-	962.307
Lucro (prejuízo) líquido	62.527	70.824 (*)	141.822 (*)	(4.506)	3.664
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

  

	31/12/2017 - Reapresentado				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.167.912	5.434.041	17.092.490	2.472.924	517.439
Passivo	2.486	2.752.027	11.684.775	2.459.803	352.583
Patrimônio líquido	1.165.426	2.682.014 (*)	5.407.715 (*)	13.121	164.856
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<b>30/06/2017 - Reapresentado</b>				<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>
	<b>Controladas</b>				
	<b>Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.</b>	<b>Oxiteno S.A. Indústria e Comércio</b>	<b>Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.</b>	<b>Ultrapar International S.A.</b>	<b>Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.</b>
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	560.357	31.707.775	-	726.145
Lucro (prejuízo) líquido	27.146	128.300 (*)	429.462 (*)	(20)	54.319
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(\*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto		
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	1.165.430	2.684.541	5.535.397	13.121	9.398.489	54.739	9.453.228
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(4)	(2.526)	(127.698)	-	(130.228)	-	(130.228)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado</b>	1.165.426	2.682.015	5.407.699	13.121	9.268.261	54.739	9.323.000
Equivalência patrimonial	62.527	70.824	141.837	(4.506)	270.682	(523)	270.159
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(97.849)	(353.824)	-	(451.673)	(31.174)	(482.847)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Instrumento patrimonial outorgado	27	103	1.514	-	1.644	-	1.644
Ajustes de avaliação patrimonial	(115)	(207.676)	(1.855)	35	(209.611)	2.547	(207.064)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	44.668	(280)	-	44.388	-	44.388
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	1.227.865	2.492.085	5.195.089	8.650	8.923.689	25.589	8.949.278

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto		
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	1.194.739	2.549.859	4.434.954	10.548	8.190.100	45.409	8.235.509
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(111)	(3.253)	(79.063)	-	(82.427)	-	(82.427)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado</b>	1.194.628	2.546.606	4.355.891	10.548	8.107.673	45.409	8.153.082
Equivalência patrimonial	27.146	128.300	429.462	(20)	584.888	18.032	602.920
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(105.914)	-	-	-	(105.914)	(20.100)	(126.014)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(75)	-	(75)	-	(75)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(18.495)	13.313	-	(5.182)	3.762	(1.420)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	3.944	-	-	3.944	-	3.944
<b>Saldo em 30 de junho de 2017 - Reapresentado</b>	<u>1.115.860</u>	<u>2.660.355</u>	<u>4.798.591</u>	<u>10.528</u>	<u>8.585.334</u>	<u>47.103</u>	<u>8.632.437</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamentos nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	<b>Movimentação dos investimentos</b>			
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	122.061
Aporte de capital	-	-	16.000	16.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.547	-	2.547
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(31.174)	-	(31.174)
Equivalência patrimonial	1.383	(523)	(8.307)	(7.447)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>7.479</u>	<u>25.589</u>	<u>68.919</u>	<u>101.987</u>

	<b>Movimentação dos investimentos</b>			
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.518	45.409	66.215	116.142
Ajuste de avaliação patrimonial	-	3.762	-	3.762
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(20.100)	-	(20.100)
Equivalência patrimonial	852	18.032	(8.920)	9.964
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>5.370</u>	<u>47.103</u>	<u>57.295</u>	<u>109.768</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	<b>30/06/2018</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	10.438	340.236	100.347
Ativo não circulante	6.740	151.928	141.472
Passivo circulante	1.956	347.347	103.091
Passivo não circulante	264	67.752	889
Patrimônio líquido	14.958	77.065	137.839
Receita líquida	9.966	962.307	26.939
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.872)	(960.859)	(52.805)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.326)	2.216	9.254
Lucro (prejuízo) líquido	2.768	3.664	(16.612)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	<b>31/12/2017</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	7.110	389.022	90.242
Ativo não circulante	6.627	128.417	132.785
Passivo circulante	1.210	297.762	100.564
Passivo não circulante	336	54.821	12
Patrimônio líquido	12.191	164.856	122.451
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	169.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50
	<b>30/06/2017</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Receita líquida	7.898	726.145	11.527
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.436)	(652.203)	(40.198)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(758)	(19.623)	10.831
Lucro (prejuízo) líquido	1.704	54.319	(17.840)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	145.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***c. Sociedades coligadas (Consolidado)***

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2018, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2018.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	<b>Movimentação dos investimentos</b>					<b>Total</b>
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(839)				(206)	(1.045)
Equivalência patrimonial	525	546	(27)	(69)	95	1.070
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>4.784</u>	<u>15.004</u>	<u>3.591</u>	<u>271</u>	<u>466</u>	<u>24.116</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Movimentação dos investimentos</b>					<b>Total</b>
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos	(576)	-	-	-	(399)	(975)
Equivalência patrimonial	548	698	(14)	(55)	946	2.123
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>5.973</u>	<u>13.679</u>	<u>3.664</u>	<u>16</u>	<u>547</u>	<u>23.879</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	<b>30/06/2018</b>				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	4.315	41.656	68	26	135
Ativo não circulante	15.863	77.348	10.278	1.125	2.790
Passivo circulante	715	7.576	1	35	107
Passivo não circulante	332	8.384	3.109	302	1.417
Patrimônio líquido	19.131	103.044	7.236	814	1.401
Receita líquida	5.214	25.962	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.878)	(20.387)	(5)	(199)	295
Resultado financeiro e imposto de renda	(116)	(1.955)	6	(8)	(9)
Lucro (prejuízo) líquido	2.220	3.620	1	(207)	286
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>31/12/2017</b>				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	11.218	45.061	67	175	505
Ativo não circulante	16.464	74.621	10.278	1.695	2.821
Passivo circulante	1.960	12.338	-	422	93
Passivo não circulante	332	7.920	3.110	427	1.500
Patrimônio líquido	25.390	99.424	7.235	1.021	1.733
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	<b>30/06/2017</b>				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Receita líquida	5.211	25.651	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(3.019)	(21.680)	(54)	(102)	534
Resultado financeiro e imposto de renda	28	632	26	(21)	23
Lucro (prejuízo) líquido	2.220	4.603	(28)	(123)	557
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***13 Imobilizado (Consolidado)**

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações e ajustes	Saldo em 31/12/2017		Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial TEAS (*)	Saldo em 30/06/2018
				Reapresentado	Adições						
<b>Custo:</b>											
Terrenos	-	579.174	-	579.174	-	-	1.925	-	1.512	32.718	615.329
Edificações	30	1.639.867	-	1.639.867	3.430	-	25.702	(376)	8.898	20.847	1.698.368
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	912.555	-	912.555	2.853	-	43.727	(319)	60	-	958.876
Máquinas e equipamentos	13	4.721.931	-	4.721.931	57.421	-	47.240	(772)	(69.727)	47.597	4.803.690
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis											
claros/lubrificantes	14	2.721.075	-	2.721.075	49.817	-	57.080	(16.852)	-	-	2.811.120
Tanques e vasilhames para GLP	6	643.697	49.158	692.855	53.006	-	2.552	(15.582)	-	-	732.831
Veículos	6	287.295	-	287.295	13.377	-	8.069	(13.231)	(551)	-	294.959
Móveis e utensílios	8	266.494	-	266.494	6.191	-	2.509	(337)	(2.670)	56	272.243
Obras em andamento	-	929.000	-	929.000	386.285	-	(88.525)	(581)	89.107	-	1.315.286
Adiantamentos a fornecedores	-	112.167	-	112.167	1.625	-	(99.581)	-	(4.163)	-	10.048
Importações em andamento	-	786	-	786	604	-	(339)	-	2	-	1.053
Equipamentos de informática	5	353.022	-	353.022	11.513	-	(1.713)	(844)	1.171	6	363.155
		<u>13.167.063</u>	<u>49.158</u>	<u>13.216.221</u>	<u>586.122</u>	-	<u>(1.354)</u>	<u>(48.894)</u>	<u>23.639</u>	<u>101.224</u>	<u>13.876.958</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>											
Edificações		(724.408)	-	(724.408)	-	(25.953)	10.246	374	6.650	(4.434)	(737.525)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(475.651)	-	(475.651)	-	(39.637)	(4.788)	315	(9)	-	(519.770)
Máquinas e equipamentos		(2.980.166)	-	(2.980.166)	-	(132.018)	1.022	357	97.180	(10.229)	(3.023.854)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis											
claros/lubrificantes		(1.545.806)	-	(1.545.806)	-	(77.227)	(7.232)	15.136	-	-	(1.615.129)
Tanques e vasilhames para GLP		(305.965)	(22.418)	(328.383)	-	(46.553)	(2.347)	9.009	-	-	(368.274)
Veículos		(112.200)	-	(112.200)	-	(14.200)	498	8.123	646	-	(117.133)
Móveis e utensílios		(148.575)	-	(148.575)	-	(8.877)	(186)	306	3.637	(20)	(153.715)
Equipamentos de informática		(260.859)	-	(260.859)	-	(14.585)	2.726	810	(1.049)	(6)	(272.963)
		<u>(6.553.630)</u>	<u>(22.418)</u>	<u>(6.576.048)</u>	-	<u>(359.050)</u>	<u>(61)</u>	<u>34.430</u>	<u>107.055</u>	<u>(14.689)</u>	<u>(6.808.363)</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações e ajustes	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial TEAS (*)	Saldo em 30/06/2018
Provisão para perdas:										
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos	(104)	-	(104)	-	-	-	-	-	-	(104)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(564)	-	(564)	-	-	-	-	(87)	-	(651)
Máquinas e equipamentos	(4.724)	-	(4.724)	-	-	-	-	(295)	-	(5.019)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis										
claros/lubrificantes	(169)	-	(169)	-	-	-	3	-	-	(166)
Móveis e utensílios	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
	<u>(5.645)</u>	<u>-</u>	<u>(5.645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(382)</u>	<u>-</u>	<u>(6.024)</u>
Custo líquido	<u>6.607.788</u>	<u>26.740</u>	<u>6.634.528</u>	<u>586.122</u>	<u>(359.050)</u>	<u>(1.415)</u>	<u>(14.461)</u>	<u>130.312</u>	<u>86.535</u>	<u>7.062.571</u>

(\*) Vide nota explicativa nº 3.d.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas, bases e aquisição de imóveis operacionais.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***14 Intangível (Consolidado)**

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Adoção do IFRS 15</b>	<b>Saldo em 31/12/2017 Reapresentado</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Variação cambial</b>	<b>Saldo inicial TEAS (*)</b>	<b>Saldo em 30/06/2018</b>
<b>Custo:</b>											
Ágio (i)	-	1.578.157	-	1.578.157	-	-	-	-	-	6.253	1.584.410
Software (ii)	5	853.079	-	853.079	121.822	-	894	(16)	3.712	49	979.540
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	55.069	-	55.069	2.805	-	-	(1.099)	-	-	56.775
Fundo de comércio	6	4.273.379	(4.145.189)	128.190	390	-	(350)	-	-	-	128.230
Marcas (v)	-	113.543	-	113.543	-	-	-	-	6.792	-	120.335
Outros (vi)	10	40.514	-	40.514	300	-	-	-	1.023	-	41.837
		<u>6.946.358</u>	<u>(4.145.189)</u>	<u>2.801.169</u>	<u>125.317</u>	<u>-</u>	<u>544</u>	<u>(1.115)</u>	<u>11.527</u>	<u>6.302</u>	<u>2.943.744</u>
<b>Amortização acumulada:</b>											
Software		(456.799)	-	(456.799)	-	(35.189)	(14)	16	(2.543)	(49)	(494.578)
Tecnologia		(32.541)	-	(32.541)	-	(36)	-	-	-	-	(32.577)
Direitos de propriedade comercial		(21.292)	-	(21.292)	-	(2.323)	-	1.095	-	-	(22.520)
Fundo de comércio		(2.677.057)	2.580.354	(96.703)	-	(5.238)	204	-	-	-	(101.737)
Outros		(31.196)	-	(31.196)	-	(1.481)	-	-	(6)	-	(32.683)
		<u>(3.218.885)</u>	<u>2.580.354</u>	<u>(638.531)</u>	<u>-</u>	<u>(44.267)</u>	<u>190</u>	<u>1.111</u>	<u>(2.549)</u>	<u>(49)</u>	<u>(684.095)</u>
<b>Custo líquido</b>		<u><u>3.727.473</u></u>	<u><u>(1.564.835)</u></u>	<u><u>2.162.638</u></u>	<u><u>125.317</u></u>	<u><u>(44.267)</u></u>	<u><u>734</u></u>	<u><u>(4)</u></u>	<u><u>8.978</u></u>	<u><u>6.253</u></u>	<u><u>2.259.649</u></u>

(\*) Vide nota explicativa nº 3.d.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i) O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e apresentam os seguintes saldos:

	Segmento	30/06/2018	31/12/2017
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga <sup>1</sup>	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
CBLSA <sup>2</sup>	Ipiranga	123.673	123.673
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxitenos Uruguay	Oxitenos	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragas	13.403	13.403
TEAS <sup>3</sup>	Ultracargo	6.253	-
Outros	Oxitenos	583	583
		<u>1.584.410</u>	<u>1.578.157</u>

<sup>1</sup> Inclui R\$ 246.163 na controladora.

<sup>2</sup> Vide nota explicativa nº 3.c.

<sup>3</sup> Vide nota explicativa nº 3.d.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

**Período de avaliação:** a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e foi considerado um prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

**Taxa de desconto e taxa de crescimento real:** as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2017 variaram de 9,6% a 12,7% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a controlada Oxitenos Andina, devido ao cenário macroeconômico na Venezuela, a taxa de desconto utilizada foi 803,8%.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos.

Abertura de novos pontos comerciais (investimentos): para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados os planos de expansão de cada unidade de negócio, que leva em consideração também, o histórico de fechamento de estabelecimentos.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

**ii)** *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

**iii)** As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

**iv)** Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é reconhecido no resultado.

**v)** Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil e da marca Extrafarma.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**vi)** Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	5.892	5.799
Despesas com vendas e comerciais	4.992	6.620
Despesas gerais e administrativas	33.383	26.674
	<u>44.267</u>	<u>39.093</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***15 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)****a. Composição**

Descrição	30/06/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 30/06/2018 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.872.581	2.454.142	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	931.824	788.794	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2018 a 2022
Instituições financeiras (e)	622.939	330.755	US\$ + LIBOR (i)	+2,1	2019 a 2023
Financiamento externo (c.2 e c.3)	349.039	298.927	US\$+ LIBOR (i)	+2,0	2018 a 2020
Financiamento externo (c.1) (*)	310.617	259.015	US\$	+2,2	2018
Instituições financeiras (e)	132.903	106.745	US\$	+2,8	2018 a 2022
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	101.174	44.515	US\$	+3,0	< 82 dias
Adiantamento de Cambiais Entregues	53.988	26.080	US\$	+2,8	< 70 dias
Instituições financeiras (e)	35.975	27.048	MX\$ (ii)	+8,5	2018
Instituições financeiras (e)	19.680	3.382	MX\$+TIE (ii)	+1,5	2018
BNDES (d)	3.776	4.460	US\$	+6,5	2018 a 2020
Instituições financeiras (e)	-	593	Bs\$ (vii)		
Total moeda estrangeira	<u>5.434.496</u>	<u>4.344.456</u>			
Moeda nacional:					
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.2 e g.4)	2.889.254	2.836.741	CDI	105,8	2018 a 2022
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.567.100	2.794.272	CDI	107,4	2019 a 2022
Debêntures – 5ª e 6ª emissão (g.6)	1.756.752	817.654	CDI	105,3	2023
Debêntures – CRA (g.3 e g.5)	1.382.408	1.380.852	CDI	95,0	2022
Debêntures – CRA (g.3 e g.5) (*)	539.839	554.402	IPCA	+4,6	2024
BNDES (d)	194.265	206.423	TJLP (iii)	+2,4	2018 a 2023
BNDES (d)	60.919	69.422	SELIC (vi)	+2,3	2018 a 2023
FINEP	59.167	32.682	TJLP (iii)	+1,5	2018 a 2023
Arrendamento mercantil financeiro (i)	47.357	48.515	IGP-M (v)	+5,6	2018 a 2031
FINEP	29.078	35.611	R\$	+4,0	2018 a 2021
BNDES (d)	19.931	26.270	R\$	+5,7	2018 a 2022
Banco do Nordeste do Brasil	18.639	28.136	R\$	+8,5	2018 a 2021
FINAME	51	56	TJLP (iii)	+5,7	2018 a 2022
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	-	157.749	CDI		
BNDES EXIM	-	62.754	TJLP (iii)		
BNDES EXIM	-	30.850	SELIC (vi)		
Total moeda nacional	<u>9.564.760</u>	<u>9.082.389</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>14.999.256</u>	<u>13.426.845</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)					
	<u>45.478</u>	<u>163.749</u>			
Total	<u>15.044.734</u>	<u>13.590.594</u>			
Circulante	4.128.615	3.503.675			
Não circulante	10.916.119	10.086.919			

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(\*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33 – Contabilidade de proteção).

(\*\*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33).

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de junho de 2018, a TJLP estava fixada em 6,60% a.a.
- (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2018, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (vii) Bs\$ = Bolívar.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.426.845
Captações com efeito caixa	2.219.826
Apropriação de juros	424.464
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(1.546.510)
Pagamento de juros	(307.082)
Varição monetária e cambial	787.581
Varição de valor justo	(5.868)
	<hr/>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>14.999.256</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
De 1 a 2 anos	916.295	1.826.907
De 2 a 3 anos	709.688	894.640
De 3 a 4 anos	2.343.997	1.302.450
De 4 a 5 anos	3.486.804	3.016.406
Mais de 5 anos	<u>3.459.335</u>	<u>3.046.516</u>
	<u>10.916.119</u>	<u>10.086.919</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 33).

### ***b. Notas no mercado externo***

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 33 – Contabilidade de *hedge*: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 320 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,9% do CDI (vide nota explicativa nº 33). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
jul/18 (*)	60,0	103,0
set/18 (*)	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
jun/22	100,0	105,0
Total / custo médio	<u>320,0</u>	<u>102,9 (*)</u>

(\*) Em junho de 2018 a controlada IPP renegociou estes financiamentos externos alterando seus vencimentos para julho de 2021 e novembro de 2023, respectivamente. Com a renegociação, os encargos financeiros terão em média 103,4% do CDI, considerando a contratação de instrumentos de proteção.

- 2) A controlada LPG International Inc. possui financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 3) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation (“GPPTC”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

### d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

### e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR +2,1% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ milhões
set/2020	20,0
fev/2021	40,0
out/2022	40,0
mar/2023	60,0
Total	<u>160,0</u>

Os recursos estão sendo utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### *f. Banco do Brasil*

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2018):

<b>Vencimento</b>	
fev/2019	168.319
mai/2019	1.385.240
mai/2020	337.847
mai/2021	337.847
mai/2022	337.847
	<hr/>
Total	<u>2.567.100</u>

### *g. Debêntures*

- 1) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 2) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 3) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 4) Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries únicas de 660.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,7%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 5) Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 6) Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries únicas de 730.384 e 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1º de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,33%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 7) Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2018).

<b>Vencimento</b>	
dez/2018	801.310
mai/2021	499.621
abr/2022	656.208
jul/2022	1.588.322
out/2022	726.201
mar/2023	1.756.752
abr/2024	336.279
out/2024	203.560
	<hr/>
Total	<u>6.568.253</u>

### *h. Nota de crédito à exportação*

A nota de crédito à exportação da controlada Oxiteno Nordeste, com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente, foi liquidada na data do seu vencimento.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### *i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro*

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	14.433	15.732
Financiamento (valor presente)	<u>47.357</u>	<u>48.515</u>
Circulante	2.781	2.710
Não circulante	44.576	45.805

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 1 ano	5.124	5.113
De 1 a 2 anos	5.124	5.113
De 2 a 3 anos	5.124	5.113
De 3 a 4 anos	5.124	5.113
De 4 a 5 anos	5.124	5.113
Mais de 5 anos	<u>40.134</u>	<u>42.611</u>
Total	<u>65.754</u>	<u>68.176</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2017	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2018
Debêntures (15.g)	0,2	44.709	3.740	(4.686)	43.763
Notas no mercado externo (15.b)	0,0	15.298	-	(684)	14.614
Banco do Brasil (15.f)	0,2	8.065	-	(2.230)	5.835
Financiamentos externos (15.c)	0,1	1.213	-	(506)	707
Outros	0,2	<u>2.801</u>	<u>366</u>	<u>(147)</u>	<u>3.020</u>
Total		<u>72.086</u>	<u>4.106</u>	<u>(8.253)</u>	<u>67.939</u>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (15.g)	9.890	9.815	9.893	8.806	3.616	1.743	43.763
Notas no mercado externo (15.b)	1.425	1.505	1.589	1.677	1.770	6.648	14.614
Banco do Brasil (15.f)	4.379	695	496	265	-	-	5.835
Financiamento externo (15.c)	477	203	27	-	-	-	707
Outros	<u>826</u>	<u>1.030</u>	<u>636</u>	<u>399</u>	<u>124</u>	<u>5</u>	<u>3.020</u>
Total	<u>16.997</u>	<u>13.248</u>	<u>12.641</u>	<u>11.147</u>	<u>5.510</u>	<u>8.396</u>	<u>67.939</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 68.117 em 30 de junho de 2018 (R\$ 66.337 em 31 de dezembro de 2017) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 10.479.315 em 30 de junho de 2018 (R\$ 9.587.971 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 283.981 em 30 de junho de 2018 (R\$ 237.537 em 31 de dezembro de 2017) e não possuía garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP em 30 de junho de 2018 (R\$ 81.046 em 31 de dezembro de 2017).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 2.671 em 30 de junho de 2018 (R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2017), com vencimentos de até 91 dias. Até 30 de junho de 2018, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 66 em 30 de junho de 2018 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2017), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

## 16 Fornecedores (Consolidado)

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	1.385.602	1.973.668
Fornecedores estrangeiros	<u>265.393</u>	<u>181.830</u>
	<u>1.650.995</u>	<u>2.155.498</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***17 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Provisões sobre folha de pagamento	209.998	179.120
Participação nos lucros, bônus e prêmios	73.688	125.006
Encargos sociais	51.041	64.524
Outros	9.280	19.468
	<u>344.007</u>	<u>388.118</u>

**18 Obrigações tributárias (Consolidado)**

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b> <b>Reapresentado</b>
ICMS	177.150	128.571
PIS e COFINS	30.636	25.319
PERT (*)	1.832	19.584
IVA das controladas no exterior	19.691	17.992
ISS	9.765	11.211
Outros	18.361	18.852
	<u>257.435</u>	<u>221.529</u>

(\*) Refere-se a débitos fiscais federais da controlada IPP que foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **19 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)**

#### ***a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar***

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, as controladas contribuíram com R\$ 12.202 (R\$ 12.262 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2018 atingiu 8.274 participantes ativos e 261 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2017, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Plano de Assistência Médica e Odontológica <sup>(1)</sup>	104.423	99.767
Multa FGTS	85.318	81.831
Gratificação	42.291	40.254
Seguro de vida <sup>(1)</sup>	<u>16.361</u>	<u>15.671</u>
Total	<u><u>248.393</u></u>	<u><u>237.523</u></u>
Circulante	30.059	30.059
Não circulante	218.334	207.464

<sup>(1)</sup> somente aplicável à IPP, IpiLubs e CBLSA.

## 20 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo em 31 de dezembro	64.774	77.564
Adições (novos tanques)	188	280
Gastos com tanques retirados	(7.314)	(767)
Despesa com atualização	<u>1.087</u>	<u>1.329</u>
Saldo em 30 de junho	<u><u>58.735</u></u>	<u><u>78.406</u></u>
Circulante	4.416	4.831
Não circulante	54.319	73.575

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 21 Provisões e contingências (Consolidado)

#### a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/06/2018
IRPJ e CSLL (21.a.1.1)	515.829	-	-	8.309	524.138
PIS e COFINS (21.a.1.2)	34.927	-	(5.831)	464	29.560
ICMS	111.784	638	(951)	61	111.532
Cíveis, ambientais e regulatórias (21.a.2.1)	89.296	4.200	(3.564)	20	89.952
Trabalhistas (21.a.3.1)	82.425	7.934	(5.899)	707	85.167
IPI	78.067	-	-	-	78.067
Outras	13.468	77	(250)	513	13.808
<b>Total</b>	<b>925.796</b>	<b>12.849</b>	<b>(16.495)</b>	<b>10.074</b>	<b>932.224</b>
Circulante	64.550				60.889
Não circulante	861.246				871.335

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Tributários	663.250	659.062
Trabalhistas	72.915	71.074
Cíveis e outros	103.090	92.524
<b>Total – ativo não circulante</b>	<b>839.255</b>	<b>822.660</b>

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **a.1) Provisões tributárias e previdenciárias**

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 491.927 em 30 de junho de 2018 (R\$ 483.485 em 31 de dezembro de 2017). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro.

### **a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias**

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 89.952 em 30 de junho de 2018 (R\$ 89.296 em 31 de dezembro de 2017).

### **a.3) Provisões trabalhistas**

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 85.167 em 30 de junho de 2018 (R\$ 82.425 em 31 de dezembro de 2017) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **b. Passivos contingentes (possíveis)**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.697.055 em 30 de junho de 2018 (R\$ 2.576.583 em 31 de dezembro de 2017).

#### **b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.802.717 em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.709.435 em 31 de dezembro de 2017), dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 166.939 em 30 de junho de 2018 (R\$ 166.003 em 31 de dezembro de 2017).

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 695.935 em 30 de junho de 2018 (R\$ 618.774 em 31 de dezembro de 2017). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 314.422 em 30 de junho de 2018 (R\$ 307.255 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$ 123.779 (R\$ 121.891 em 31 de dezembro de 2017) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 121.250 (R\$ 113.999 em 31 de dezembro de 2017); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 177.073 (R\$ 149.171 em 31 de dezembro de 2017) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 645.660 em 30 de junho de 2018 (R\$ 645.868 em 31 de dezembro de 2017) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1) No primeiro trimestre de 2017, a controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 190.378 em 30 de junho de 2018 (R\$ 187.027 em 31 de dezembro de 2017), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 616.055 totalizando 3.041 processos em 30 de junho de 2018 (R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 31 de dezembro de 2017), dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 32.651 em 30 de junho de 2018 (R\$ 32.315 em 31 de dezembro de 2017). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser paga em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, a ser paga em uma única parcela, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3) A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville/SC e na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Em 30 de junho de 2018, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 30 de junho de 2018.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4) Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira desfavorável para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente, em adição aos valores já reconhecidos. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Adicionalmente, em 30 de junho de 2018 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes a ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 89.553 e R\$ 4.564 (R\$ 88.075 e R\$ 25.852 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.

### **b.3) Passivos contingentes trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 278.283 totalizando 1.832 processos em 30 de junho de 2018 (R\$ 273.711 totalizando 1.899 processos em 31 de dezembro de 2017), dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às empresas, e estão aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 3.515 estão refletidas na consolidação dessas informações trimestrais (R\$ 3.452 em 31 de dezembro de 2017), bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida na combinação de negócio em 1 de dezembro de 2017. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada CBLSA em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

## 22 Contas a pagar - indenização a clientes

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018.

Dos 150 mil m<sup>3</sup> que estavam paralisados, em junho de 2017, foram obtidas as licenças necessárias para a volta da operação do equivalente a 67,5 mil m<sup>3</sup>. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

O saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros está demonstrado abaixo:

	<b>Saldo em</b>				<b>Saldo em</b>
	<b>31/12/2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>30/06/2018</b>
Total - circulante	<u>72.216</u>	<u>6.553</u>	<u>(13.570)</u>	<u>(24.181)</u>	<u>41.018</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 23 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	19.532	19.537
Programa de fidelidade Km de Vantagens	9.138	9.134
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	1.784	2.638
	<u>30.454</u>	<u>31.309</u>
Circulante	17.750	18.413
Não circulante	12.704	12.896

#### **Programas de fidelidade**

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens ([www.kmdevantagens.com.br](http://www.kmdevantagens.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet ([www.postoipiranganaweb.com.br](http://www.postoipiranganaweb.com.br)) são descontados da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma ([www.clubeextrafarma.com.br](http://www.clubeextrafarma.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos.

#### **Taxa inicial de franquia**

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2018 eram representadas por 2.453 lojas (2.414 lojas em 31 de dezembro de 2017). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2018 eram representadas por 1.757 lojas (1.735 lojas em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 30 de junho de 2018, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.224.786 ações e totalizavam R\$ 97.738 (2.415.848 ações e totalizavam R\$ 171.459 em 31 de dezembro de 2017). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 30 de junho de 2018 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 2.999.038 (3.035.499 ações em 31 de dezembro de 2017). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

### 25 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 30 de junho de 2018, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de junho de 2018 era de R\$ 45,95.

Em 30 de junho de 2018, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2018 estavam em circulação no exterior 31.178.260 ações ordinárias na forma de ADRs (28.935.260 ações em 31 de dezembro de 2017).

#### b. Instrumento patrimonial outorgado

Em 19 de abril de 2017 foi aprovado novo plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

#### c. Ações em tesouraria

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de junho de 2018, 13.301.355 ações ordinárias (13.041.356 ações em 31 de dezembro de 2017) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,39 (R\$ 36,98 em 31 de dezembro de 2017).

### ***d. Reserva de capital***

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 dos custos na emissão dessas ações. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

### ***e. Reserva de reavaliação***

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

### ***f. Reservas de lucros***

#### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

#### Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.000.707 em 30 de junho de 2018.

### ***g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira***

#### Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente a diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade, (ii) administração própria e (iii) notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 33 – *Hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior), é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial					Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total	
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	44.388
Varição de valor justo dos instrumentos financeiros	(310.590)	(3.862)	-	-	(314.452)	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	106.467	-	-	-	106.467	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(299)	-	(299)	-
Em 30 de junho de 2018	(231.487)	(3.862)	(15.480)	202.188	(48.641)	97.449

	Ajustes de avaliação patrimonial			Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 31 de dezembro de 2016	(26.883)	2.896	(23.987)	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	3.944
Varição de valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> IRPJ e CSLL sobre valor justo	(4.052)	-	(4.052)	-
	2.656	-	2.656	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	(24)	(24)	-
Em 30 de junho de 2017	(28.279)	2.872	(25.407)	11.463

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### *h. Dividendos e destinação do resultado do exercício*

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 489.027 (R\$ 0,90 – noventa centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e pagos a partir de 12 de março de 2018.

### **26 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Receita de vendas bruta	44.975.338	38.876.536
Receita de serviços prestados bruta	364.000	342.625
Impostos sobre vendas	(1.241.351)	(972.460)
Devoluções e abatimentos	(507.020)	(461.002)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(196.680)	(247.577)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	<u>2.420</u>	<u>2.648</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>43.396.707</u></u>	<u><u>37.540.770</u></u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 27 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	39.693.661	33.917.280
Gastos com pessoal	1.236.066	1.083.740
Fretes e armazenagens	591.096	549.144
Depreciação e amortização	392.030	337.333
Propaganda e marketing	83.274	104.190
Serviços prestados por terceiros	169.101	158.764
Aluguel de imóveis e equipamentos	118.036	93.194
Outras despesas	237.145	244.277
<b>Total</b>	<b>42.520.409</b>	<b>36.487.922</b>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	40.416.361	34.523.784
Despesas com vendas e comerciais	1.333.919	1.212.318
Despesas gerais e administrativas	770.129	751.820
<b>Total</b>	<b>42.520.409</b>	<b>36.487.922</b>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 23.987 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 27.077 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017).

### 28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 4.584 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 (perda de R\$ 150 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***29 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Parceria comercial <sup>(1)</sup>	24.835	20.971
Merchandising <sup>(2)</sup>	16.293	9.254
Programa de fidelidade <sup>(3)</sup>	13.420	14.096
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos <sup>(4)</sup>	(2.099)	(33.305)
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	49.152
Multa por aquisição de empresa não efetivada <sup>(5)</sup>	(286.160)	-
Outros	<u>5.858</u>	<u>2.743</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>(227.853)</u>	<u>62.911</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

<sup>(2)</sup> Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

<sup>(3)</sup> Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

<sup>(4)</sup> Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide nota explicativa nº 22.

<sup>(5)</sup> Para maiores informações sobre a multa vide nota explicativa nº 3.e).

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	49.011	55.416	162.935	251.023
Juros de clientes	-	-	70.774	48.114
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	70.126	-	70.126	-
Outras receitas	-	-	764	2.162
	<u>119.137</u>	<u>55.416</u>	<u>304.599</u>	<u>301.299</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(227.406)	(385.130)
Juros sobre debêntures	(47.667)	(49.573)	(215.773)	(180.176)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(1.400)	(3.654)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.607)	(1.286)	(37.517)	(43.423)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	(1)	(1)	(3.949)	58.899
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	-	-	43.411
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	-	(26.095)	-	(26.095)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	588	10.062	849
	<u>(49.275)</u>	<u>(76.367)</u>	<u>(475.983)</u>	<u>(535.319)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>69.862</u>	<u>(20.951)</u>	<u>(171.384)</u>	<u>(234.020)</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 31 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

<b>Lucro básico por ação</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Lucro líquido da Sociedade	315.444	588.104
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	542.047	541.774
Lucro básico por ação - R\$	0,5819	1,0855
 <b>Lucro diluído por ação</b>		
Lucro líquido da Sociedade	315.444	588.104
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	545.790	545.727
Lucro diluído por ação - R\$	0,5780	1,0777
 <b>Média ponderada das ações (em milhares)</b>		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	542.047	541.774
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.412	2.386
Plano de ações	1.331	1.567
	<hr/>	<hr/>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>545.790</u>	<u>545.727</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 32 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	3.390.760	2.825.251
Ipiranga	36.583.908	31.838.057
Oxiten	2.180.085	1.797.537
Ultracargo	242.547	207.050
Extrafarma	1.040.599	904.101
	<u>43.437.899</u>	<u>37.571.996</u>
Outros <sup>(1)</sup>	24.173	23.787
Vendas entre segmentos	(65.365)	(55.013)
Total	<u><u>43.396.707</u></u>	<u><u>37.540.770</u></u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.102	1.192
Ipiranga	398	-
Oxiten	-	1.267
Ultracargo	39.736	28.867
Extrafarma	-	-
	<u>41.236</u>	<u>31.326</u>
Outros <sup>(1)</sup>	24.129	23.687
Total	<u><u>65.365</u></u>	<u><u>55.013</u></u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.389.658	2.824.059
Ipiranga	36.583.510	31.838.057
Oxiten	2.180.085	1.796.270
Ultracargo	202.811	178.183
Extrafarma	1.040.599	904.101
	<u>43.396.663</u>	<u>37.540.670</u>
Outros <sup>(1)</sup>	44	100
Total	<u>43.396.707</u>	<u>37.540.770</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	(133.580)	147.615
Ipiranga	656.458	886.102
Oxiten	91.289	71.623
Ultracargo	68.551	23.639
Extrafarma	(40.699)	(15.343)
	<u>642.019</u>	<u>1.113.636</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.842	1.973
Total	<u>643.861</u>	<u>1.115.609</u>
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	26	891
Ipiranga	(7.782)	(8.372)
Oxiten	519	684
Ultracargo	1.383	852
	<u>(5.854)</u>	<u>(5.945)</u>
Outros <sup>(1)</sup>	(523)	18.032
Total	<u>(6.377)</u>	<u>12.087</u>
Resultado financeiro	<u>(171.384)</u>	<u>(234.020)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>466.100</u>	<u>893.676</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	123.772	143.222
Ipiranga	196.664	186.430
Oxitenó	293.533	189.929
Ultracargo	51.759	30.244
Extrafarma	39.240	57.915
	<u>704.968</u>	<u>607.740</u>
Outros <sup>(1)</sup>	6.471	10.721
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 13 e 14)	711.439	618.461
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 20)	(188)	(280)
Juros capitalizados	<u>(10.498)</u>	<u>(12.642)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>700.753</u>	<u>605.539</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>177.008</u>	<u>282.801</u>
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	111.702	84.859
Ipiranga	133.214	120.199
Oxitenó	80.489	73.042
Ultracargo	25.286	23.472
Extrafarma	33.782	28.607
	<u>384.473</u>	<u>330.179</u>
Outros <sup>(1)</sup>	7.557	7.154
Total	<u>392.030</u>	<u>337.333</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>196.680</u>	<u>247.577</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.640.832	2.408.600
Ipiranga	14.153.985	15.309.811
Oxiten	7.023.468	6.557.456
Ultracargo	1.442.713	1.394.083
Extrafarma	1.984.997	1.948.808
	<u>27.245.995</u>	<u>27.618.758</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.426.923	586.753
Total	<u>28.672.918</u>	<u>28.205.511</u>

<sup>(1)</sup> A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

**Informações relativas à área geográfica**

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiten no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Estados Unidos <sup>(*)</sup>	775.937	511.912
México	130.200	109.034
Uruguai	74.183	65.876
Venezuela	12.793	22.480
	<u>993.113</u>	<u>709.302</u>

<sup>(\*)</sup> O aumento refere-se à construção da nova planta em Pasadena, Texas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Receita líquida das vendas:		
Brasil	42.655.226	37.008.755
México	96.446	92.948
Uruguai	23.041	23.313
Venezuela	29.442	15.484
Outros países da América Latina	199.903	196.671
Estados Unidos e Canadá	236.200	91.130
Extremo Oriente	48.215	35.000
Europa	75.088	50.949
Outros	33.146	26.520
Total	<u>43.396.707</u>	<u>37.540.770</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

### 33 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

#### Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

### **Risco de moedas**

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Ativos e passivos em moeda estrangeira**

em milhões de Reais	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	382,1	236,4
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	273,8	214,9
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	<u>1.312,2</u>	<u>930,0</u>
	<u>1.968,1</u>	<u>1.381,3</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(5.485,8)	(4.416,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(250,3)</u>	<u>(173,1)</u>
	<u>(5.736,1)</u>	<u>(4.589,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.824,3</u>	<u>1.777,6</u>
Posição líquida ativa (passiva) – total	<u>(1.943,7)</u>	<u>(1.430,4)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	119,8	(26,1)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	(2.063,5)	(1.404,3)

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.943,7 milhões em moeda estrangeira em 30 de junho de 2018:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação	12,0	29,9	59,9
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(206,4)	(515,8)	(1.031,8)
(1) + (2)	Efeito	<u>(194,4)</u>	<u>(485,9)</u>	<u>(971,9)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	(12,0)	(29,9)	(59,9)
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	206,4	515,8	1.031,8
(3) + (4)	Efeito	<u>194,4</u>	<u>485,9</u>	<u>971,9</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s e 25.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

### Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/06/2018	31/12/2017
<b>CDI</b>			
Equivalentes de caixa	4	3.705,5	4.821,6
Aplicações financeiras	4	1.740,8	1.153,0
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33	35,6	29,9
Financiamentos e debêntures	15	(8.595,5)	(7.987,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33	(1.644,3)	(1.877,4)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	33	(579,3)	(586,6)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.337,2)</u>	<u>(4.446,8)</u>
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	15	(253,5)	(301,9)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(253,5)</u>	<u>(301,9)</u>
<b>LIBOR</b>			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33	1.159,6	984,3
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	15	(1.903,8)	(1.418,5)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(744,2)</u>	<u>(434,2)</u>
<b>TIE</b>			
Empréstimos e financiamentos – TIE	15	(19,7)	(3,4)
Posição líquida passiva em TIE		<u>(19,7)</u>	<u>(3,4)</u>
<b>SELIC</b>			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	15	(60,9)	(100,3)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(60,9)</u>	<u>(100,3)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.415,5)</u>	<u>(5.286,6)</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 30 de junho de 2018, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários.

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC) até 30 de junho de 2018. Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>10%</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	16,2	40,5	81,0
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,0	0,0	0,1
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(27,4)	(68,4)	(136,8)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(14,1)	(32,8)	(64,1)
Despesa incremental		<u>(25,3)</u>	<u>(60,7)</u>	<u>(119,8)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,6)	(4,1)	(8,2)
Despesa incremental		<u>(1,6)</u>	<u>(4,1)</u>	<u>(8,2)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,7	1,7	3,3
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		<u>(1,0)</u>	<u>(2,5)</u>	<u>(5,0)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,0)	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		<u>(0,0)</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,5)	(1,0)
Despesa incremental		<u>(0,2)</u>	<u>(0,5)</u>	<u>(1,0)</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017
AAA	38.626	29.003
AA	5.504.782	6.076.520
A	448.849	192.638
BBB	127.010	71.767
<b>Total</b>	<b>6.119.267</b>	<b>6.369.928</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Risco de crédito de clientes** - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	30/06/2018	31/12/2017 Reapresentado
Ipiranga	417.546	350.594
Ultragaz	65.198	83.627
Oxiteno	13.232	10.755
Extrafarma	5.714	5.623
Ultracargo	2.131	2.179
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>503.821</u>	<u>452.778</u>

### **Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 4.673,1 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 15). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2018 totaliza R\$ 2.676 milhões, tendo sido realizados até o segundo trimestre R\$ 1.040,5 milhões. Em 30 de junho de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 5.970,1 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2018 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 30 de junho de 2018 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	em milhões de Reais			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos <sup>(1) (2)</sup>	19.446,9	4.673,1	3.149,5	7.153,9	4.470,4
Instrumentos de proteção <sup>(3)</sup>	287,7	45,4	114,7	113,4	14,2
Fornecedores	1.651,0	1.651,0	-	-	-

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 7,05% em 2018, 8,93% de 2019 a 2021, 10,55% de 2022 a 2023, 11,96% de 2024 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,90 em 2018, R\$ 4,00 em 2019, R\$ 4,19 em 2020, R\$ 4,47 em 2021, R\$ 4,81 em 2022, R\$ 5,18 em 2023, R\$ 5,58 em 2024, R\$ 6,00 em 2025, R\$ 6,47 em 2026 e R\$ 6,97 em 2027 (iii) TJLP de 6,75% e (iv) IGP-M de 7,67% em 2018, 4,48% em 2019 e 4,20% de 2020 a 2033 (v) IPCA de 4,17% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

<sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

<sup>(3)</sup> Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 29 de junho de 2018, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 29 de junho de 2018. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

### Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 15). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **Seleção e utilização de instrumentos financeiros**

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nocial)<sup>1</sup></u>		<u>Valor justo</u>		<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>
		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2018</u>
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<b><u>Instrumentos de proteção</u></b>							
<u>Designados como hedge accounting</u>							
<b>a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jul/2018 a	US\$ 240,0	US\$ 240,0	925,9	788,6	925,9	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	jun/2022	US\$ 80,0	US\$ 203,6	311,4	665,6	311,4	-
Passivo em taxa de juros CDI		US\$ (320,0)	US\$ (443,6)	(1.160,1)	(1.568,6)	-	1.160,1
Resultado acumulado		-	-	77,2	(114,4)	1.237,3	1.160,1
<b>b – Swaps de juros em Reais</b>							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	abr/2024 a	R\$ 566,1	R\$ 566,1	558,0	583,3	558,0	-
Passivo em taxa de juros CDI	out/2024	R\$ (566,1)	R\$ (566,1)	(579,3)	(586,6)	-	579,3
Resultado acumulado		-	-	(21,3)	(3,3)	558,0	579,3
<u>Não designados como hedge accounting</u>							
<b>c – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)		US\$ 60,0	US\$ 60,0	233,7	195,7	233,7	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	jun/2020 a	US\$ 808,2	US\$ 753,0	391,2	157,5	391,2	-
Passivo em taxa de juros CDI	out/2026	US\$ (868,2)	US\$ (813,0)	(484,2)	(308,8)	-	484,2
Resultado acumulado		-	-	140,7	44,4	624,9	484,2
<b>d – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM</b>							
Ativo em taxa de juros CDI	jul/2018 a	US\$ 9,8	US\$ 9,1	35,6	29,9	35,6	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)	set/2018	US\$ (9,8)	US\$ (9,1)	(37,9)	(29,8)	-	37,9
Resultado acumulado		-	-	(2,3)	0,1	35,6	37,9
<b>Resultado acumulado total bruto</b>				194,3	(73,2)	2.455,8	2.261,5
Imposto de renda				(33,4)	(4,7)	(33,4)	-
<b>Resultado acumulado total líquido</b>				160,9	(77,9)	2.422,4	2.261,5
<b>Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)</b>				206,4	85,8		
<b>Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 15)</b>				(45,5)	(163,7)		

<sup>1</sup> Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de junho de 2018, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a e c- Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de junho de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.188,2 milhões de principal com posição passiva, na média a 82,5% do CDI, sendo US\$ 155,2 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,68% a.a., US\$ 300,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,29% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 320,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 15.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

b - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 30 de junho de 2018 este contrato de *swap* totalizava R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,55% a.a. + IPCA e passiva a 95,2% do CDI.

d- Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de junho de 2018, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 9,8 milhões e tinham na média uma posição ativa a 48,2% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

### **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)**

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

#### Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 30 de junho de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 320,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2018, uma receita de R\$ 165,7 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 12,3 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 193,7 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,7% do CDI (vide nota explicativa nº 15.c.1).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de junho de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo totalizavam R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2018 uma despesa de R\$ 27,2 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 23,3 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 23,4 milhões referente ao resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 95,2% do CDI.

### Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2018, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio liquidados em 2018, foi reconhecida no resultado em 2018 uma receita de R\$ 10,7 milhões, sendo transferido todo resultado não realizado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado em 30 de junho de 2018 (ganho de R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, líquida de IRPJ e CSLL diferidos).

Em 30 de junho de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões, sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 236,6 milhões em 30 de junho de 2018 (perda de R\$ 30,5 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

### Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2018, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 103,0 milhões, sendo reconhecido uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 43,4 milhões em 30 de junho de 2018 (perda de R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção**

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>30/06/2018</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	15,2	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(4,6)	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(3,9)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(57,9)	(280,0)
Total	(51,2)	(280,0)

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(40,7)	5,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	2,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	11,1	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(41,1)	(36,7)
Total	(68,5)	(31,4)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/06/2018		31/12/2017		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos financeiros:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	197.000	197.000	147.926	147.926
	Mens. ao valor justo por outros resultados					
Títulos de renda fixa em moeda nacional	abrangentes	4	3.705.463	3.705.463	4.821.605	4.821.605
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	37.900	37.900	32.473	32.473
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.667.469	1.667.469	1.076.849	1.076.849
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	4	2.057	2.057	2.720	2.720
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	71.298	71.298	73.471	73.471
	Mens. ao valor justo por outros resultados					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	abrangentes	4	231.682	231.682	129.131	129.131
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	<u>206.398</u>	<u>206.398</u>	<u>85.753</u>	<u>85.753</u>
<b>Total</b>			<u><u>6.119.267</u></u>	<u><u>6.119.267</u></u>	<u><u>6.369.928</u></u>	<u><u>6.369.928</u></u>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.242.441	1.242.441	1.047.809	1.047.809
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	7.141.205	6.976.590	6.740.872	6.761.907
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	6.028.414	6.011.083	5.035.247	5.037.072
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	539.839	539.839	554.402	554.402
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	15	47.357	47.357	48.515	48.515
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	45.478	45.478	163.749	163.749
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	<u>97.738</u>	<u>97.738</u>	<u>171.459</u>	<u>171.459</u>
<b>Total</b>			<u><u>15.142.472</u></u>	<u><u>14.960.526</u></u>	<u><u>13.762.053</u></u>	<u><u>13.784.913</u></u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 15.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 15); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 15.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	197.000	197.000	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	3.705.463	-	3.705.463	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	37.900	37.900	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.667.469	1.667.469	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	2.057	-	2.057	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	71.298	-	71.298	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	231.682	50.858	180.824	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	206.398	-	206.398	-
<b>Total</b>			<b><u>6.119.267</u></b>	<b><u>1.953.227</u></b>	<b><u>4.166.040</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.242.441	-	1.242.441	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	6.976.590	2.711.699	4.264.891	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	6.011.083	-	6.011.083	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	539.839	-	539.839	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15	47.357	-	47.357	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	45.478	-	45.478	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	97.738	-	97.738	-
<b>Total</b>			<b><u>14.960.526</u></b>	<b><u>2.711.699</u></b>	<b><u>12.248.827</u></b>	<b><u>-</u></b>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	147.926	147.926	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	32.473	32.473	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	2.720	-	2.720	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	73.471	-	73.471	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	129.131	40.556	88.575	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	85.753	-	85.753	-
<b>Total</b>			<b>6.369.928</b>	<b>1.297.804</b>	<b>5.072.124</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.047.809	-	1.047.809	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	6.761.907	2.523.643	4.238.264	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	5.037.072	-	5.037.072	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	554.402	-	554.402	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15	48.515	-	48.515	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	163.749	-	163.749	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	171.459	-	171.459	-
<b>Total</b>			<b>13.784.913</b>	<b>2.523.643</b>	<b>11.261.270</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 29 de junho de 2018. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 6,59 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 29 de junho de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 29 de junho de 2018 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<b><u>Risco</u></b>	<b><u>Cenário I (Provável)</u></b>	<b><u>Cenário II</u></b>	<b><u>Cenário III</u></b>
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		173.208	666.975	1.160.742
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	(173.204)	(666.966)	(1.160.727)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>4</u>	<u>9</u>	<u>15</u>
<b>Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos</b>				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(245)	8.694	17.634
(4) Margem bruta da Oxitenio		245	(8.694)	(17.634)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 29 de junho de 2018 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swap de taxa de juros (em Reais) –</b>				
<b>Debêntures - CRA</b>				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	(131.126)	(72.811)	(3.331)
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	131.126	72.811	3.331
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

### 34 Compromissos (Consolidado)

#### a. Contratos

i) A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

<b>Porto</b>	<b>Movimentação mínima em toneladas por ano</b>	<b>Vencimento</b>
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2018, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

ii) A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2018 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iii) A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

### b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

	<b>Valor máximo indenizável (*)</b>
Oxiteno	US\$ 1.142
Ipiranga	R\$ 1.281
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 150
Extrafarma	R\$ 160

(\*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

### c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxitenio S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<b>30/06/2018</b>	30.350	49.353	-	79.703

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<b>30/06/2018</b>	a pagar	203.387	640.047	515.358	1.358.792
	a receber	(65.111)	(233.390)	(165.025)	(463.526)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, foi R\$ 90.119 (R\$ 69.278 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017).

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo- SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 1 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 01 de agosto de 2018.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Leocadio Almeida Antunes Filho - Diretor

Pedro Jorge Filho - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 01 de agosto de 2018.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Leocadio Almeida Antunes Filho - Diretor

Pedro Jorge Filho - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor